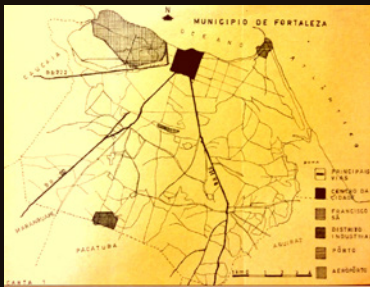


LUIZ CRUZ LIMA

ESPAÇO DA PRODUÇÃO EM MOVIMENTO:

zona industrial da Francisco Sá

2014 REVENDO 1970



ESPAÇO DA PRODUÇÃO EM MOVIMENTO:
zona industrial da Francisco Sá

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE

Erasmio Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso
Francisco Horácio da Silva Frota
Francisco Josênio Camelo Parente
Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes
Liduína Farias Almeida da Costa
Lucili Grangeiro Cortez
Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos
Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Marcony Silva Cunha
Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge
Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Eliane P. Zamith Brito (FGV)
Homero Santiago (USP)
Ieda Maria Alves (USP)
Manuel Domingos Neto (UFF)
Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)
Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)
Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)
Romeu Gomes (FIOCRUZ)
Túlio Batista Franco (UFF)

Luiz Cruz Lima

**ESPAÇO DA PRODUÇÃO EM MOVIMENTO:
zona industrial da Francisco Sá**

1ª Edição
Fortaleza - CE
2014



Espaço da produção em movimento: zona industrial da Francisco Sá

© 2014 *Copyright* by Luiz Cruz Lima

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Paranjana, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60740-000 – Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893

Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

Diagramação

Samuel dos Santos Rodrigues

Capa

Lúcia Maria Silveira Mendes

Revisão de Texto

Tereza Sandra Vasconcelos

Ficha Catalográfica

Giordana Nascimento de Freitas CRB-3 / 1070

L732e

Lima, Luiz Cruz

Espaço da produção em movimento: zona industrial da Francisco Sá

Sá / Luiz Cruz Lima. – Fortaleza: EdUECE, 2014.

159 p. : il.

ISBN: 978-85-7826-243-3

1. Planejamento urbano – Fortaleza (CE). 2. Zooncamento industrial – Fortaleza (CE). I. Título.

CDD: 307.7698131

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PARTE 1 - A INDÚSTRIA NA ZONA DA FRANCISCO SÁ	18
Prefácio	19
Apresentação	21
Introdução	23
Metodologia	25
Caracterização de Fortaleza	31
Localização da área em estudo	40
Aspectos fisiográficos	43
Os serviços e infraestrutura	45
A indústria e sua localização na Av. Fco Sá	50
Aspectos gerais	50
O homem de empresa	53
A empresa como expressão espacial	55
Fatores de localização	59
Problemas decorrentes	72
Conclusões	83
Sugestões	85
Notações bibliográficas	89

PARTE 2 - COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA INDUSTRIAL NUMA ZONA URBANA DE FORTALEZA – CE.....	93
Referências	106
Declaração da University Calgary - Canadá	108
Tribuna do Ceará	109
PARTE 3 - O PLANEJAMENTO URBANO EM FACE DO ZONEAMENTO INDUSTRIAL	110
Zoneamento Industrial de Fortaleza.....	112
A Zona Industrial da Av. Francisco Sá	118
Orientação do Planejamento Urbano	121
ANEXOS.....	124
Fotos - Registro de 1970 da Zona Industrial da Av. Francisco Sá, em diferentes Aspectos	125
Reportagem do jornalista Ilo Santiago Jr do Diário do Nordeste	142

Dedicatória

À memória do meu ex-sogra e
amigo, vítima do trânsito da Av.
Francisco Sá em 21/09/1969

Oséas Berto de Araújo

e

Aos operários e operárias, vítimas
da exploração do taylorismo
sanguinário.

APRESENTAÇÃO

Ao mirar o retrovisor do tempo, tantos fatos são visualizados, difíceis de ser comparados com o presente. Intensifica-se a dificuldade quando é ampliado o ângulo de visualização, o objeto a ser destacado torna-se quase despercebido. O objeto aqui focado é o noroeste da zona urbana de Fortaleza, há quatro décadas, a mais densa de indústrias de maior porte, muitas com expressivas chaminés. O tempo é o início da década de 1970.

Essa década é sensivelmente demarcada por vários eventos que abriram as cortinas para a atual modernidade, com destaque no sistema produtivo, como registra a literatura da história do capitalismo do século XX. Na escalada das crises de produção, circulação, distribuição e consumo, emergia novo paradigma tecnológico-produtivo com força demolidora da estrutura industrial de décadas anteriores de base taylorista-fordista. Paulatinamente, as velhas estruturas eram varridas dos centros propulsores dos países hegemônicos, embora permanecendo nas regiões periféricas do mundo. *Pari passu*, continuava a disputa febril pelo controle do mercado mundial, sob o comando dos Estados Unidos (EUA) e da então União Soviética (URSS).

O Brasil, por sua vez, participava das intrincadas relações dos países no caldeirão da Guerra Fria, momento histórico de disputa de domínio econômico, político e ideológico entre o centro do pretenso socialismo e a matriz do capitalismo. Nosso país optou em mergulhar e submeter-se às garras afiadas dos EUA, sujeitando-se às determinações das empresas hegemônicas, já espalhadas por vários países latino-america-

nos. Formava-se um amplo cenário à disposição do imperialismo devastador, com o serviçal cuidado das forças militares, em detrimento da nação que lutava por reformas para melhorias da vida. Assim, o Brasil passava a domiciliar empresas e mais empresas, forjando o que se denominaria de “milagre econômico”, revelado pelo crescimento vertiginoso dos índices do Produto Interno Bruto (PIB), malgrado a inflação. Isso veio se adicionar ao ufanismo do tricampeonato de futebol em 1970, encobrendo a forte ditadura que perduraria por mais uma década e meia.

As benesses desse crescimento econômico não foram distribuídas por todas as classes sociais. Com o apoio de intelectuais alinhados, o governo ditatorial excluiu as camadas mais pobres, já amenizadas pelo pleno emprego, mantendo seus salários sem correção contra os efeitos da inflação, o que contribuiu para maior concentração de renda. Esse foi um período de agravante desigualdade socioeconômica, conforme planejamento adotado pelo governo federal, em que definia: “é preciso primeira aumentar o ‘bolo’ (renda nacional), para depois reparti-lo”, como explicava o poderoso Ministro Delfim Neto.

Até meado de 1960, o país vinha modulando-se às feições da modernidade, integradas às medidas do industrialismo, conforme orientação dos intelectuais cepalinos, tão logo se evidenciava o “problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira”, como apresenta o Prof. Wilson Cano na Introdução de seu livro “Raízes da concentração industrial em São Paulo” (Difel, 1977). Daí, fortalecia-se a idéia da desconcentração do parque fabril de São Paulo, o que veria inserir as demais regiões no processo de interesse dos capitalistas. Assim, foram projetados parques industriais, zonas e distritos industriais, com destaque em pólos de crescimento apontados pelos estudos do novo desenvolvimento.

O Nordeste brasileiro insere-se nessa política, com o discurso de minimizar suas crises naturais e romper os elos da estrutura agrária medievalesca e participar do banquete proposto pelo decantado desenvolvimento industrial, conforme definido no histórico documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1959, sob a coordenação do economista Celso Furtado, o que servira de inspiração para o governo criar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O primado vinha de bases teóricas com reforço acadêmico, associado à política democrática, então reinante. Nesse movimento, a urbanização brasileira se elevou bruscamente, carreando do meio rural uma multidão de homens e mulheres à disposição das indústrias tayloristas e fordistas que vinham para o Nordeste. Em 1964, efetivou-se uma brusca ruptura desse processo, tomando o país outro rumo político, com governo militar ditatorial, ainda mais centralizado.

Ao despontar os anos 1970, o tecido da realidade nacional apresentava-se esgarçado, com urbanização desordenada, com múltiplas favelas onde se adensavam trabalhadores com baixa renda, mas com unidades produtivas em intensa movimentação, ainda com matriz técnica ultrapassada, mas protegidas por forte repressão contra os movimentos dos operários. Em muitas dessas unidades, o salário era calculado sob horas rigidamente trabalhadas, tendo muitos que permanecer dez ou mais horas em sua labuta cruel para conseguirem o correspondente a um salário mínimo oficial.

Era esse o quadro geral da época em que estudamos a Zona Industrial da Av. Francisco Sá. Por que utilizamos o conceito de zona e não distrito industrial?

O conceito de zona industrial para esse conjunto de bairros, na parte noroeste de Fortaleza, se baseia na forte presença histórica de fábricas de grande e médio porte, atendidas por transportes rodoviário e ferroviário, além da formação de aglomerados de habitações típicas de trabalhadores com baixa remuneração tão expressiva nas empresas do Nordeste brasileiro. Para a especialista Lúcia Elena Garcia de Oliveira, em seu trabalho –“Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais” – publicado na Revista Brasileira de Geografia (IBGE), Ano 38, n. 4, de outubro/dezembro de 1976,

“Zona Industrial poderia substituir “Área Industrial”, “Parque Industrial”, “Núcleo Industrial”, toda vez que designasse uma área reservada pelo município para a localização de indústrias onde não houvesse nenhum tipo de promoção e de incentivos para induzir a industrialização” (p.25)

Essa consideração da estudiosa reforçou a utilização do termo de nossa preferência, visto que se tratava de uma parte do território urbano que fora eleita pelos próprios investidores para suas unidades de produção, com omissão do poder público. Um dos fatores que induziu essa escolha, a nossa entender, foi a presença das linhas férreas, inclusive com uma unidade de conserto e de produção de veículos ferroviários (Oficinas Demócrito Rocket) que ocupava grande terreno que abrangia partes de dois bairros. Frente a essas Oficinas, o governo federal construía um conjunto de dezenas de casas residenciais para os operários. A disponibilidade fundiária de baixo custo associava-se para a decisão de adensar indústrias “sujas” nessa parte de Fortaleza.

Um segundo fator de expressão decorre do processo da produção do espaço urbano com residências populares de trabalhadores que formariam o Pirambu, originando uma grande reserva de operários disponível ao capital que se instalava na zona. Embora escolhida essa parte da cidade sem nenhum planejamento ou indicativo dos governantes, as indústrias nela implantadas contribuiriam para resguardar o maior conjunto de Fortaleza da poluição – fuligem, lixo industrial, esgoto, contaminação do ar etc. – inerente à essa atividade. Contudo, a carga de sujeira e contaminação ficaria para os habitantes do entorno das fábricas, com suas chaminés ou com derrame de produtos químicos em vias públicas e de péssimo odor, como ocorriam com os curtumes. Havia indústrias que contaminavam o solo e subsolo com líquidos venenosos, prejudicando os moradores próximos que usavam água de poço. O poder público era omissivo e não oferecia água encanada para a população dos bairros distantes do centro urbano.

Somente, no decorrer da década de 1970, dentro do projeto de planejamento, o estado do Ceará instala o primeiro distrito industrial, em área da Região Metropolitana de Fortaleza. Os empresários, inicialmente, não acataram a iniciativa, por falta de infraestrutura e demais condições exigidas pela atividade de transformação. Acreditamos que tenha sido o início do processo de transformação da zona industrial da Avenida Francisco Sá, dado o conjunto de incentivos oferecidos às empresas para preferirem o novo espaço industrial planejado.

A pesquisa pretendia analisar a realidade do setor secundário em um recanto da cidade de Fortaleza, onde se retratava como amostra do que ocorria no vasto território latino-americano submetido ao controle dos EUA. Evidenciou-se que meio século antes se iniciara o processo de instalação de

fábricas nessa zona, contribuindo para a produção da maior favela do país (Pirambu), onde se avolumava um exército de reserva de trabalhadores, a maioria de origem rural, para futuros empreendimentos, beneficiados com o baixo custo de capital variável, com base na política de “arrocho salarial”. Alguns desses investimentos provinham de recursos públicos, sob o aval da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)¹, principalmente para investidores da região Sudeste, com as benesses normatizadas pelo governo federal. Desse modo, surgiram indústrias de produtos refinados, como a de meias finas e de roupas de couro, ao meio das antigas de capital local, como as de extração de óleo, curtumes e outras. Os operários eram submetidos a um regime de trabalho intenso, como revela a pesquisa, elevando o grau de pobreza e miséria reinante no bairro principal.

Três trabalhos compõem o presente livro.

Um, dedicado a compreender a formação da zona industrial, especialmente voltado a descobrir as razões de os empresários escolherem essa parte da cidade para suas indústrias. Também evidenciar as condições de infraestrutura urbana e da dinâmica dos transportes, para compreender a produção do espaço e a vida dos habitantes que ocuparam os bairros em torno do eixo principal referido no título. Na época, somente quarenta cópias foram editadas, com ajuda modesta do Instituto de Geociências, dado o apoio consistente do Prof. Jorge Neves a quem credito meus agradecimentos pelo início de minha vida de pesquisador. Diante da situação político-ideológica que dominava o país, muitos fatos da realidade social foram omitidos,

1 A dissertação da geógrafa Profa. Dra. Zenilde Baima Amora (USP,1978) – “As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste” - constituiu-se uma das boas fontes sobre o processo de industrialização de Fortaleza.

visto o autor ser alvo de perseguição por parte do Estado. O próprio mapeamento só foi realizado com a permissão concedida pela 10ª Região do Exército a ofício da Universidade Federal do Ceará (UFC). Dado o passar do tempo, só nos foi possível escanear os gráficos, os quadros e as duas cartas de localização, embora o texto tenha sido digitalizado. O texto foi mantido como apresentado na época.

O segundo foi dedicado ao estudo da força-de-trabalho das indústrias, em aspectos detalhados na metodologia. Nesse, algumas conclusões são apresentadas, evidenciando o que afirmamos no início, ou seja, como retrato do que era evidenciado em tantas outras partes dos países pobres do continente. Tivemos a oportunidade de apresentar este texto na “Conference of Latinoamericanist Geographers”, realizada na Universidade de Calgary, Canadá, mediante convite do geógrafo Dr. Richard P. Monsen Jr., professor daquela Universidade, quando de sua estada em Fortaleza. Para essa viagem ao exterior, o autor só conseguira passaporte com a permissão da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sob a promessa de identificar-me na polícia canadense. Em atitude de protesto, não acatei esse absurdo. Ao retornar, o jornal Tribuna do Ceará fez destaque em reportagem de agosto de 1973.

O último é uma reprodução do que foi publicado no Atlas Industrial do Ceará, editada pela Federação das Indústrias do Ceará. Em seguida, está na Revista de Planejamento que era editada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. No final, encontramos a reprodução da folha do Atlas, indicando as zonas industriais.

Nos anexos, incluímos uma iconografia com fotos de indústrias, de pontos de poluição, do operariado e dos cru-

zamentos ferroviários, para melhor expressar a realidade socioespacial da área em estudo. Finalizamos com a reportagem exemplar sobre a zona industrial, conforme se apresentava em 2012, incluindo documentário de entrevistas com antigos operários, oferecendo-nos outras informações da história da produção do espaço industrial em foco. O trabalho do jornalista foi publicado em 17 de junho de 2012 no Diário do Nordeste.

Na atualidade, a paisagem é outra. No roteiro do principal eixo da Zona, em lugares das fábricas, encontramos uma sucessão de muros, cercando prédios abandonados ou de uso comercial, depósito de sucatas de veículos, estacionamento de lojas etc. Encontramos, ainda, em suas antigas áreas, conjuntos habitacionais, lojas de miudezas e indicação de projetos de empreendimento de multiuso. Na famosa Oficina Demócrito Rocket, popularmente conhecida como Oficinas dos Urubus, da antiga Rede Ferroviária, há a indicação da presença da Transnordestina Logística S.A., empresa responsável pela projeção da ferrovia que se propõe interligar os portos marítimos do Nordeste. Essas Oficinas constituíam-se verdadeiro celeiro de operários criativos e inteligentes que adaptavam tecnologias estrangeiras às reais necessidades do povo que usava o transporte ferroviário. Um de seus inventos foi a camionete (Rural) para trilhos. Além disso, desse ambiente de metalúrgicos saíram os melhores movimentos políticos, daí porque muitos foram vítimas da repressão da ditadura. Hoje se permite revelar a coragem das mulheres das indústrias de castanha que se rebelaram contra a crueldade dos chefetes e patrões no interior das fábricas.

Apesar de não publicados, esses trabalhos têm despertado interesses de alguns estudiosos. O destacado geógrafo da Universidade de Brasília, Prof. Dr. Aldo Paviani considerou

o primeiro estudo de geografia urbana de Fortaleza. Recentemente, vem sendo procurado como fonte para a pesquisa da jovem Fernanda Cavalcante, para sua monografia de finalização de seu Curso de Arquitetura na Universidade Federal do Ceará, bem como de outros trabalhos de dissertação e tese. De certo modo, essas demandas nos estimularam acatar a idéia da Profa. Dra. Lúcia Brito - coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia (Propgeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde continuamos contribuindo com colegas e estudantes para o melhor desempenho da vida acadêmica - em publicar essa produção, embora tardiamente.

Por fim, queremos agradecer a algumas pessoas amigas, sem as quais seria retardada essa tarefa: a colaboração e gentileza de jovens universitários em Geografia, do Propgeo, especialmente a doutoranda Tereza Sandra Vasconcelos que, pacientemente, leu o trabalho e apresentou sugestões; o graduando Marcos Ferreira e a graduanda Vanessa Silva do Curso de Geografia da UECE, que elaboraram a parte técnica, tais como escaneamento, digitação, editoração da primeira fase deste livro. Nosso reconhecimento à gentileza do jornalista Ilo Santiago que nos concedeu sua reportagem para uma melhor visualização da atualidade dessa zona de Fortaleza. Por fim, pela criatividade e rapidez em elaborar a bonita capa que enfeixa este livro, meus sinceros agradecimentos à minha prezada colega e amiga Professora Lúcia Mendes. Obrigado a todos que me ajudaram a entregar ao público esses modestos trabalhos de uma época saudosa, de uma parte da minha própria caminhada.

PARTE 1

A INDÚSTRIA NA ZONA DA FRANCISCO SÁ

Autor: Luiz Cruz Lima.

Colaboração: Instituto de Geociências – U. F. C.

FORTALEZA, 1971 – outubro

PREFÁCIO

O tempo encarregou-se de mostrar que durante os anos em escola superior, todos os jovens universitários desperdiçam seus estudos em apresentar trabalhos teóricos, de compilação, às vezes sem nenhum vínculo com a prática. A desvinculação entre a teoria e a práxis é tal que o estudante ao concluir o curso superior depara-se, na vida profissional, com a realidade, não atendendo às necessidades do campo de aplicação de sua especialidade, para o qual se julgava preparar. Formou-se, no processo acadêmico, um alienado.

Serão os prejuízos, decorrentes desse processo, somente os de ordem pessoal? Não. Basta verificarmos os gastos feitos pela Nação para o preparo de um estudante universitário, ou a carência, no Brasil, de pessoal de nível superior. Aí teremos a grande decepção de tantos anos, tantos esforços e tantas verbas gastos superfluamente.

Atualmente, Universidades de inúmeros países participam da vida pública, integrando-se através dos trabalhos de seus alunos em planos, programas e projetos. Alguém discute a capacidade de certos estudantes como elemento de temeridade para entregar-lhes trabalhos sérios. Mas como poderemos criar uma capacidade ou desenvolveremos nosso potencial humano sem experimentar da seriedade da vida prática? Somente dando oportunidade aos jovens, criaremos forças.

Atendendo a essa filosofia, tivemos no curso de Geografia Urbana o apoio e a confiança do Prof. Jorge Neves e do Diretor do Instituto de Geociências da UFC. Alimentou-se, assim, a vontade de sairmos da sala de aula para o campo de

pesquisa e trazeremos a lume, um enfoque da problemática urbana que servira, por certo, ao planejamento público, ao estudo de localização industrial e à ciência.

Partimos só. Despertamos a confiança de outros e tivemos a colaboração de dois colegas, Prof. Francisco de Assis Cavalcante e Raimundo. Nonato Albuquerque, além da crítica da Profa. Maria Salete do IG. Objetivando atender aos critérios de uma visão objetiva e de aplicação imediata, nosso trabalho é hoje solicitado por vários empresários, pois é ele identificado com a séria situação em que se encontra esta zona industrial da cidade.

Conquistamos a confiança de alguns. Não querendo lançamo-nos à aventura, por isso publicamos, inicialmente, apenas cinquenta (50) volumes como redação provisória, objetivando colher crítica de pessoas interessadas em contribuir com um estudo que, por certo, servirá ao planejamento urbano de Fortaleza.

Firmamos os agradecimentos aos funcionários de IG que muito contribuíram com o trabalho de campo. Estendemos nossos agradecimentos a todos os empresários e operários e operárias entrevistados pela presteza com que nos receberam.

Luiz Cruz Lima.

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa corresponde a uma tentativa de se obter, de forma simples e objetiva elementos para análise urbana setorial de expansão da zona industrial de Fortaleza e de suas implicações no processo de desenvolvimento da cidade.

Teve sua origem na prática da disciplina – de Geografia Urbana do Curso de Geografia da UFC tendo sido desenvolvido pelo Prof. Luiz Cruz Lima, que não apenas testou a metodologia clássica, mas enriqueceu de forma criadora o processo de levantamento dos fenômenos urbanos.

Disso, resultou um farto material de interesse didático e técnico, além de ser mais uma vez constatada a necessidade do incentivo aos estudantes deste gênero, com o fim de armar os setores particulares e públicos dos importantes elementos para a orientação de seus planos desenvolvimentistas.

No caso específico de Fortaleza, cujo crescimento não vem obedecendo à orientação de um plano físico diretor, a localização de estruturas urbanas de forma espontânea e geradora de inúmeros problemas. Em especial, refletem-se tais problemas nas zonas onde prevalece a mescla de usos. Assim, a cidade, ainda mononuclear, expande-se em todas as direções sem uma disciplina para as suas estruturas físicas e para suas funções urbanas. A zona industrial deu preferência ao eixo viário, situado a oeste da região urbana e desenvolve-se do centro da cidade até as proximidades da foz do rio Ceará. Nesta região, não houve até a presente data um tratamento adequado capaz de controlar a distribuição dos novos estabelecimentos e antecipar-se aos problemas. A pesquisa desta região revela

um flagrante desequilíbrio ocupacional, com perspectivas de mais uma enfermidade dolorosa para a cidade. A criação de um Distrito Industrial, nas proximidades de Fortaleza e fora da zona de mais intenso crescimento foi uma decorrência lógica do processo de desenvolvimento da capital, mas não anulou a zona natural de “preferência” da indústria, na Francisco Sá.

Continuaram a surgir novas fábricas e oficinas, além de habitações, comércio, hospital etc. Nem os serviços básicos, nem os equipamentos sociais, nem áreas verdes, nem uma revisão na rede viária acompanharam este gradual fortalecimento da Zona Industrial urbana de Fortaleza, contudo não é ainda crítica e de difícil correção a situação da região ora estudada. A pesquisa em foco demonstra com clareza os pontos frágeis da estrutura, mas também esboça algumas soluções. Uma análise cuidadosa do presente documento certamente conduzirá técnicos da municipalidade e do estado, além dos empresários a uma perspectiva social de reformulação desta região, importante zona da cidade.

Prof. Jorge Neves

Professor do IG/UFC e Urbanista

INTRODUÇÃO

Considerando a necessidade de uma visão geográfica dos aspectos urbanos de Fortaleza: considerando que a participação do geógrafo é de fundamental importância no planejamento urbano e regional, (1)

Considerando ser a função industrial agregadora das demais funções e Considerando as tendências locacionais de Fortaleza em torno da Av. Francisco Sá.

Tomamos o encargo de executar uma pesquisa, no âmbito do Instituto de Geociências - UFC – com objetivo de obter uma explicação do fenômeno industrial nessa área.

Cabe ao técnico diagnosticar as anomalias – decorrentes da falta de planejamento e de cuidado com o bem estar da comunidade. De posse desse diagnóstico, ele poderá aferir as repercussões do crescimento anárquico e indicar as diretrizes do desenvolvimento.

É escasso o número de trabalhos sobre Fortaleza. Necessitamos de um melhor conhecimento. O setor industrial melhor retrata as relações entre a cidade e a região, pois ele se constitui um setor dependente de produtos agrícolas e primários. A maioria das indústrias de Fortaleza é de transformação para exportação.

Em regiões onde o artesanato foi suplantado pela indústria, o impacto dessa mudança foi proporcional ao emprego da tecnologia e à expansão urbana, gerando as crises, o desemprego em massa, a tendência à maior acumulação e concentração de riqueza nas mãos de poucos e à uma substancial mudan-

ça no sistema de cultivo. Isso representava o desaparecimento de uma economia fechada e de subsistência criando um novo sistema: o da economia de mercado e de aplicação intensiva de capital.

A Revolução Industrial, nas áreas hoje desenvolvidas, no seu início possibilitava descobertas e aperfeiçoamentos. Nas áreas subdesenvolvidas como em nosso caso, em que a indústria chega automatizada, evoluída, sem necessidade de muita gente para fazê-la produzir, como é notório nas indústrias mais recentemente instaladas, apenas favorecendo um maior volume de lucro para quem já detém o capital. Os equipamentos urbanos e infraestruturais, necessários a sua atividade industrial, não estão estabelecidos, causando uma gama de problemas à vitalidade econômica da região. (3)

Além disso, as indústrias nas áreas subdesenvolvidas são orientadas para a transformação ou simplesmente beneficiamento da matéria prima, estabelecendo aí o ponto de dependência aos grandes centros industriais do país e do mundo. (4)

De qualquer modo, a cidade, sítio onde melhor se planta a indústria, muito se transforma com o surgimento dessa função, provocando o surgimento de novos e complexos problemas urbanísticos e sociais que desafiam uma solução por parte dos poderes públicos, ressentindo-se no seu crescimento de novos equipamentos urbanísticos para a permanência do homem. (5)

METODOLOGIA

Não tivemos, neste trabalho, a pretensão de formular um método de pesquisa, no que fomos o mais eclético possível, embora tenhamos-lo orientado em função dos objetos da geografia. Desse modo, associamos às nossas ideias um pouco da experiência da equipe de “Belém Novo” – ensaio de uma metodologia” (Porto Alegre), seguimos as orientações de Rochefort, quanto à classificação dos centros industriais e apanhamos dados dispersos de vários autores que se preocuparam com o fenômeno urbano. Dentro das limitações do trabalho – primeira fase de um estudo mais profundo – delimitamo-la como levantamento dos elementos causais, atingindo levemente os problemas decorrentes da atual localização industrial. Cientes da dimensão restrita da zona em estudo, sabíamos no entanto, de sua denunciadora influência na vida urbana fortalezense, caracterizada como um dos pólos Metropolitanos Brasileiros, dada a sua expansão crescente, o uso do solo, a mobilidade intensa e sua evolução e tendência das forças de indução (6). Compreendemos, diante da realidade regional, que uma cidade como Fortaleza, coloca-se como centro de influência, pólo de convergência da economia regional. A localização industrial nesta cidade assume um caráter geográfico a partir de suas causas e efeitos. O volume de indústrias instaladas na zona da Av. Francisco Sá já se manifesta na paisagem, quer seja pela construções, quer seja pela poluição, formação de favelas e recrutamento de população. E foi face a estas manifestações que tomamos as unidades fabris que compõem o universo finito para a avaliação da atividade industrial na vida urbana de Fortaleza.

Os dados recolhidos provieram das seguintes fontes:

- a- Empresários – centro de nossas informações, através de questionário comentado mais adiante;
- b- Computação de elementos do campo: Fluxo de veículos, mapeamento, fotografia, movimentação urbana etc.;
- c- Bibliografia e dados a nós cedidos – pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco de Desenvolvimento do Ceará (Bandece), Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), Serviço de Ensino e Aprendizagem Industrial (Senai), Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov), Superintendência para o Desenvolvimento do Ceará (Sudec), Companhia de Eletricidade de Fortaleza (Conefor), Secretária de Serviços Urbanos da PMF, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Serviço Telefônico de Fortaleza e Departamento de Trânsito (Detran).

Como o trabalho baseia-se numa área relativamente pequena e ante sua complexidade, a amostragem seria deficiente e para supri-la adotamos os dados de todas as indústrias que apresentassem aspectos marcantes na paisagem tanto como ocupação do solo, como número de pessoas ocupadas e intensidade de veículos. Por isso não foram incluídas indústrias de pequeno porte, tais como padarias, pequenas oficinas, artesanatos, que não atenderam a esses critérios. Desse modo, participaram desse universo finito (7) as indústrias com mais destaques, quanto em número de operário, maior movimento de carga e descarga, mais expressão no uso do espaço.

Inicialmente, foram localizadas 61 (sessenta e uma) unidades fabris. Submetidas à apreciação, foram restringidas

6 (seis), restando 55 (cinquenta e cinco) para estudo e mapeamento. Destas, duas estão fechadas, mas apresentaram dados; das duas em construção, uma foi assinalada como realmente em fase de instalação e seus dados incluídos entre as que estão em funcionamento.

Fizemos um levantamento, em informações do IBGE, de número aproximado dos habitantes da área, através dos domicílios existentes na zona (IBGE), multiplicando por 5,5 habitantes (média de habitantes por domicílio em Fortaleza). Com esses dados obtivemos, a par de outra média encontrada nos bairros de Antônio Bezerra e Aerolândia, a aproximação do total de pessoas economicamente ativas e deduzimos o percentual das ocupadas no setor secundário e nos demais.

Os objetivos deste trabalho não se vinculavam com os dados econômicos apontado no “Manual de Localização industrial”, publicado pelo BNB- por não acharmos elucidadores para uma zona pequena a estudo urbano, mas adotamos o esquema dos fatores locacionais de Weber (8), na medida que atendessem aos objetivos da geografia.

Para representação espacial, utilizamos desde os dados estatísticos até os gráficos sobre os transportes utilizados pelas indústrias (recepção e escoamento) que foram avaliados através de cálculos matemáticos. A delimitação da área para a pesquisa teve como eixo a Av. Francisco Sá, em torno da qual acha-se implantado o maior aglomerado de indústria de Fortaleza.

A representação gráfica é exigida por inúmeros razões, dentre as quais se destacam:

- Visualização do espaço em estudo;
- Maior versatilidade na análise dos fenômenos;

- Dedução das causas e efeitos de fenômenos correlatos;
- Associação dos elementos causais de fenômeno geral: a implantação de indústria neste local e;
- Dados objetivos e concretos para uma análise dinâmica ou inferência com novos dados a serem observados.

Utilizamos gráfico setorial, histograma, polígonos, cartas e algumas tabelas, atendendo melhor os objetivos acima relacionados.

Sabendo do pouco tempo disponível à execução de nosso trabalho e do industrial em nos receber, tratamos de elaborar um questionário objetivo que atendesse à temática da pesquisa e nos facilitasse o manuseio. Destinava-se a tomar conhecimento dos seguintes aspectos:

- 1° - A atividade exercida anterior e atualmente pelo empresário, a fim de sabermos sua origem e a extensão da sua atividade;
- 2° - Interessamo-nos saber da expansão da empresa, a localização de seus estabelecimentos outros e de sua sede;
- 3° - Neste ítem estão as indagações mais importantes para o trabalho, pois aqui determinamos os fatores que concorrem para a localização das indústrias;
- 4° - Com os poucos dados sobre a mão de obra, podemos avaliar o número de pessoas ocupadas na atividade industrial e o percentual, de pessoas economicamente ativas, servindo ao setor secundário, fator mais importante na localização de um estabelecimento industrial;
- 5° - No item 5, tratamos de conhecer a procedência da matéria-prima e o tipo de transporte por ela usado, o que nos possibilitaria compreender a circulação e comercialização com outros centros;

6° - No item 6, avaliamos, com os objetivos do 5, variedade de produtos fabricados, sua comercialização e circulação e

7° - Em outras informações, coletamos o ano de implantação (I) e da modernização (M); o conceito, dado pela industrial, ao Porto do Mucuri; o número de veículos existentes na fábrica; a área ocupada pela indústria e dependências descobertas. Sempre interessamos conhecer os problemas locais que trazem às indústrias algum entrave na produção ou algo que não concorra para um melhor funcionamento industrial. Cada linha do questionário era reservada para uma fábrica, cuja identificação se faz através de numeração arábica, conforme a carta n° 2.

Como ressaltamos no início, o presente trabalho corresponde à primeira fase de uma pesquisa mais profunda. Compreende, por isso mesmo, ao levantamento dos problemas fundamentais que podem guiar-nos aos aspectos mais profundos de um zoneamento industrial, o mais concreto e objetivo.

O planejamento da tarefa exigiu as seguintes etapas:

1. Levantamento de material bibliográfico, desde os assuntos de cunho metodológico até os dados quantitativos. Para isso servimo-nos da biblioteca do Instituto de Geociências, de particulares e das instituições referidas anteriormente;
2. Visita às fontes de informações para obtenção de subsídios de levantamento e contatos com técnicos mais experimentados em pesquisas;
3. Localização das unidades fabris após a delimitação da área, através do reconhecimento de todo trecho em que havia indústrias nas adjacências da Av. Francisco Sá, fizemos mapeamento de todas as indústrias, mediante os conceitos explicados no início;

4. Elaboração do questionário para empresários – dentro das limitações pessoais, fizemos um questionário que atendes-se, pelo menos, a nossa curiosidade de alguns fenômenos;
5. Implantação da pesquisa – corresponde à etapa de entrevista com os empresários;
6. Tabulação e cartografia
7. Interpretação dos dados colhidos e
8. Redação

Em cada uma dessas etapas, submetemos à crítica as tarefas executadas. Não resta dúvida, todavia, que dado o restrito período - 80 dias – não podíamos aprofundarmo-nos e certamente muitas falhas aqui se apresentam.

CARACTERIZAÇÃO URBANA DE FORTALEZA

Importa-nos conhecer de perto a organização interna de Fortaleza (10), porquanto isto diz da fase em que a cidade se coloca no processo de urbanização (11). E esta organização reflete a posição da cidade na região, atestando o que declara Milton Santos: “cidade e regiões são expressões que se completam” (12).

Conforme a classificação apresentada pela geógrafa Maria Therezinha de Segadas, nossa cidade apresenta uma forma diferenciada na sua organização interna, pois atende às seguintes características:

- A – Amplitude maior do espaço urbano
- B – Dinamismo da área periférica
- C – Espaço urbano diversificado
- D – Área residencial ligado ao setor secundário.
- E – Transporte intra urbano numeroso
- F – Cidade de porto médio

O seu crescimento intenso, a ocupação compacta e uma formação de estrutura funcional, há pouco tempo, posicionarão Fortaleza como uma cidade de forma complexa, ao lado de Recife e Salvador.

Fisiografia

Localiza-se Fortaleza na zona litorânea do Ceará a 3° 45' 47" lat. Sul 38° 3' 23" de long. Oeste, numa área de 336 Km², a 26m. de altitude. Sua temperatura tem uma amplitude de 7°, entre a média das máximas (30°20') e das mínimas (23°2'), favorecendo a precipitação pluviométrica atingir 1379,5 mm (1968), estando o período chuvoso concentrado mais no primeiro semestre do ano. Assentado em terreno arenoso, de relevo reativamente plano, com várias dunas bordejando a orla marítima, o distrito de Fortaleza é drenado pelos rios Ceará, Cocó, riachos e algumas lagoas.

Na ponta do Mucuripe, com 2 Km de extensão, foi instalado o Porto na década de 1940. Anteriormente, houve a ideia de instalá-lo na Barra do Ceará.

Aspectos demográficos

A partir de 1950, a população de Fortaleza tem crescido vertiginosamente. De 1872 a 1920 a curva manteve-se em nível constante, tendo ascendido um pouco nas três décadas seguintes. Ao contrário desses períodos, de 1950 em diante temos uma ascensão abrupta, chegando na década de 1950 a quase duplicar a sua população. Em 1970, garantindo-lhe uma densidade de 2.597 hab/km², enquanto a população absoluta se distribuía nos cinco distritos desigualmente:

Fortaleza	529 964 hab.
Antônio Bezerra	62 684 “
Parangaba	166 495 “
Mondubim	67 239 “
Messejana	46 351 “

Essa distribuição expõe-nos a vantagem dos distritos de Fortaleza e Parangaba, ficando em últimos lugares os demais. Em Parangaba, a partir destes últimos anos, instalam-se algumas indústrias, indicando-se como zona preferencial para localização industrial.

Esse crescimento populacional acompanhou a modernização e implantação de novas indústrias na cidade, principalmente na zona da Av. Francisco Sá. (13)

Aspectos econômicos

A atividade econômica de Fortaleza é muito diversificada. A horticultura, a pesca, os serviços, o comércio e a indústria contribuem de modo relativo para o volume de produção da cidade.

No setor secundário, a indústria de transformação tem a maior expressão, com 99,68% de produção, sendo os estabelecimentos de produtos alimentares os que têm maior participação, 41% do total, ocupando 27% da mão de obra industrial; seguem as indústrias têxteis e metalúrgicas, embora nas têxteis haja maior concentração de pessoas por estabelecimento. As indústrias metalúrgicas participam com 12% do montante da produção, ocupando 1529 pessoas, ao lado das têxteis que empregaram 2.817 pessoas, com um produto menor, 9,7%.

Em 1968 nosso centro industrial já conta com 324 unidades e uma média de 45 pessoas por estabelecimento, havendo no decorrer desse ano um substancial aumento de 75% na produção e 22% foi a taxa de crescimento da mão de obra ocupada.

Enquanto isto, a atividade terciária, comércio e serviços mantinham cerca de 9.832 estabelecimentos, sendo 7,4% de estabelecimento do comércio atacadista, 72,6% varejistas e 20% de serviço, oficinas, hotéis, pensões etc. Em apenas 8 anos o aumento de número de estabelecimentos do setor terciário atingiu 90%, apresentando-nos como consequência da maior intensidade de implantação de indústrias incentivadas pela SUDENE.

Nossa rede bancária exprime, em 1968, em número de estabelecimentos (29 nacionais e 1 estrangeiro) e em movimento de capital, uma posição de realce no Nordeste. Com uma movimentação de: Cr\$ 47,7 milhões em caixas; Cr\$ 240, de depósito à vista; Cr\$ 219,2 milhões em curto prazo e Cr\$ 700, de depósitos em médio prazo, coloca-nos em 2º lugar no Nordeste, segundo dados censitários, logo após Recife. Contamos em nossa capital, com a sede do Banco do Nordeste o que muito favorece o desenvolvimento da circulação financeira. Nossa câmara de compensação de cheques movimentou, em 1969, um valor de Cr\$ 3,2 bilhões que nos põe em 10º lugar em todo o país.

Como elemento da infraestrutura econômica, a eletrificação de Fortaleza pela CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco - ofereceu disponibilidade para um consumo que se expressa no seguinte quadro: em MWH.

	TOTAL	RESID.	COMÉR.	IND.	SP	OUTROS
Fort.	165792	65378	31221	47226	20105	1862
Cear.	233630	82680	20490	73450	33053	3948

Como se vê, o consumo da capital corresponde a mais de 50% do total de todo o estado. O setor industrial ainda não consome o quantum do residencial e está abaixo da soma do consumo do comércio e serviços públicos. A distribuição é feita pela Conefor.

Além da força energética da CHESF, recebemos de usinas localizadas no interior do estado – Banabuiú e Araras.

O abastecimento de verduras da cidade é feita pelas horticulturas nas áreas suburbanas – especialmente Barra do Ceará – e os legumes e algumas frutas provém da Serra do Baturité. Estes produtos são concentrados no principal centro de abastecimento no início da Av. Duque de Caxias.

Dois produtos lideram a produção extrativa vegetal: a castanha de caju e a cera de carnaúba. Esta proveniente dos carnaubais, da periferia suburbana, em torno das três saídas da cidade – Br. 222, 020 e 116 –, enquanto o plantio de cajueiros expressa-se mais nas áreas do distrito de Messejana, onde aparecem solos favoráveis ao seu desenvolvimento. Em 1968, foram colhidas 58 toneladas de castanha.

O sal é o nosso principal produto de extração mineral. Salinas no rio Cocó e na Barra do Ceará conjugam nossa produção salineira. Convênio entre a Universidade Federal do Ceará e o Governo francês criou uma salina modelo com instrumental moderno na Barra do Ceará.

O maior incremento da indústria de construção tem como base a expansão urbana. Em 1968, registraram-se 2.227 licenças para uma área de 722.615m², correspondendo ao dobro da do ano anterior.

Frutas e coco da baía ocupam o maior valor da produção agrícola de Fortaleza, destacando-se também o tomate, milho, feijão e cana de açúcar.

A pecuária, em 1968, atingiu 31.400 cabeças, sendo 11.940 de bovinos. O processamento de leite concentra-se em sua maior parte em uma única fábrica de pasteurização da cidade. O incremento de granjas na periferia da cidade levou a criação de aves ultrapassarem a casa de 200.000 ovos de galinha. Vários órgãos do Ministério da Agricultura têm suas sedes no município, cuja contribuição é muito acentuada.

A produção pesqueira em 1968 ocupou 1891 pessoas, carreando um total de 3424 t. no valor de 3,4 bilhões de cruzeiros, enquanto a lagosta produziu os seguintes números: 1069 ton. no valor de Cr\$ 12,30 milhões.

Transporte

Fortaleza é ligada ao norte e sul do Estado pela Rede de Viação Cearense. A linha sul percorre dentro do nosso município 16 km. E a do norte 7,5 km. Ambas partem da Estação João Felipe, no centro do distrito de Fortaleza. Há um ramal ligando o porto às duas linhas.

Três rodovias federais (Br. 116, 222 e 020) ligam nossa cidade a outros centros do país. Muitas estaduais nos conduzem a regiões importantes do Estado – veja carta. Somos servidos por 44 linhas de ônibus intermunicipais e 16 interestaduais.

O Aeroporto Pinto Martins dista 4 km. do centro. Está capacitado a receber apenas aviões da rota nacional.

O Porto

O porto do Mucuripe dista 6 km. do centro comercial de Fortaleza. Tem profundidade mínima de 6,5m no canal de acesso e 7m. na bacia de evolução, baixa mar. A maré atinge uma amplitude máxima de 2,8m. O cais operacional mede por volta de 1.000m, havendo nele 24.000m² de armazém coberto e 32.000 m² descobertos, dispondo de um sulgador de cereais com capacidade de 150 t. por hora. O movimento de navios em 1968 foi de 713 atracamentos e a tonelagem de registro somou 985.609, no mesmo ano. Em dados mais recentes, segundo levantamento do diretor geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), nosso porto em 1970 teve um movimento de 903.608 t. de mercadorias.

A exportação de nossos produtos é feita em maior parte para o exterior e, em segundo lugar, para outros portos nacionais. A importação de insumos, matéria primas, gêneros alimentícios, produtos químicos, maquinaria e veículos apresentaram os seguintes dados, em 1968:

EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
Quantidade em ton.	Valor em Cr\$ 1.000	Quantidade em ton.	Valor em Cr\$ 1.000
95.236	152.975	356.953	64.126

Outros equipamentos de carga: 9 guindastes de pátio: 8 de 9 ton. e 1 de 6 ton.; 3 guindastes grandes: 1 de 25 ton. e 2 de 12 ton.

Comunicações

Várias instituições culturais se dedicam ao estudo sobre História, Geografia e Antropologia cearense: Instituto do Ceará, Casa de Juvenal Galeno, Academia Cearense de Letras, Comédia Cearense, Centro Médico Cearense e Universidade Federal do Ceará.

O ensino distribui-se nas suas três grandes áreas:

Superior – com unidades ligadas à UFC e outras mantidas pelo Estado e particulares.

Médio – aproximadamente uma centena de estabelecimentos, incluindo-se o Colégio Militar de Fortaleza, Escola Industrial, Senai e Sesc.

Primário – o ensino primário contava em 1967 com 551 unidades escolares, entre as quais vários centros maternos.

Circulam na capital cearense jornais de vários centros do país, além de sete locais.

Urbanização

Cerca de 34 bairros compõem a cidade com 1.600 ruas e avenidas e 60 praças. Domina o plano reticulado e a expansão se faz tentacularmente. O centro da cidade envolve um total de duas dezenas de ruas, onde estão as funções comerciais, bancárias, e administrativas.

O abastecimento de água se amplia pelas áreas mais favoráveis – Centro e Aldeota – sob a responsabilidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Estado do Ceará (SAA-GEC) e provenientes das adutoras dos rios Acaraé e Cocó.

A rede de iluminação pública, atualmente sob a responsabilidade da própria CONEFOR, distribui-se em parte da cidade, cujos habitantes a financiam através de taxa proporcional atestada de seus terrenos.

O serviço de esgoto de águas pluviais é executado pela Prefeitura. De modo geral, Fortaleza possui uma rede muito diminuta e precaríssima, carecendo de maior extensão, tanto de esgotos pluviais como de esgotos sanitários.

Equipamentos Comunitários

Vários clubes luxuosos integram a vida social, além de um teatro, raros cinemas atendem a um público que, desse modo, não dispõe de muitos elementos recreativos.

Hotéis, bares, boates, e restaurantes espalham-se por alguns poucos pontos turísticos da cidade.

A rede hospitalar é constituída por algumas unidades médico-hospitalares mais destacadas: Faculdade de Medicina, INPS, Santa Casa de Misericórdia, Pronto Socorros Particulares, Instituto Dr. José Frota.

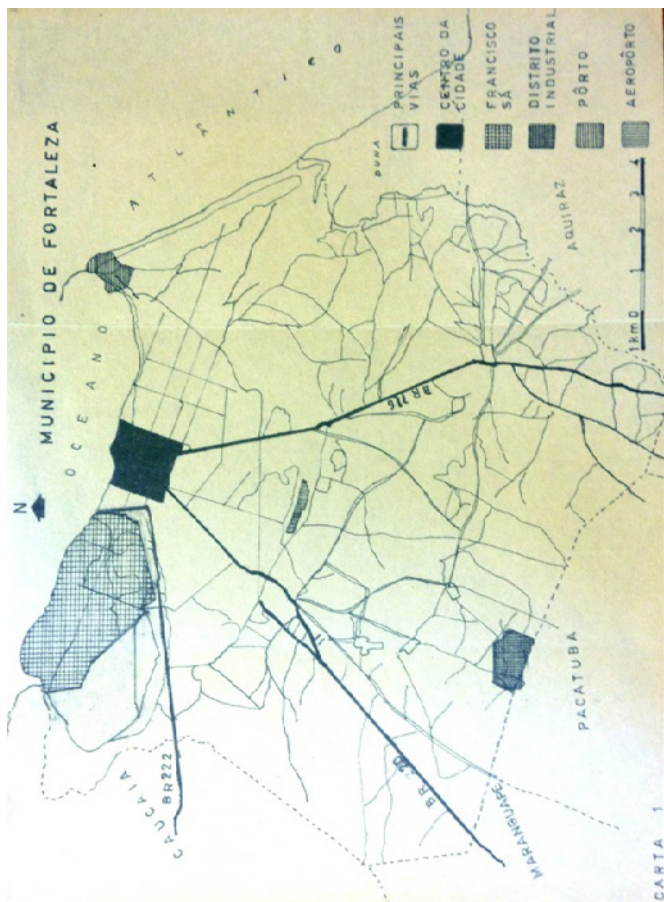
A cidade de Fortaleza conta com alguns centros de esportes, destacando-se a construção do Castelão, mais afastado do centro da cidade, o Presidente Vargas, que já não atende à população desportiva, um ginásio coberto com capacidade para 15.000 pessoas e outro, pertencente ao SESC, de menores proporções.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

A zona industrial da Av. Francisco Sá está situada a noroeste de Fortaleza, no lado oposto ao do nosso porto. Tem como limites: a norte, a orla marítima; ao sul, as ruas Sargento Hermínio até a rua Olavo Bilac e dela continua pela Teodorico de Castro; a leste, a Av. Filomeno Gomes, a Av. Soares Moreno a oeste. Ocupa uma área de 280 ha. – cartas 1 e 2 .

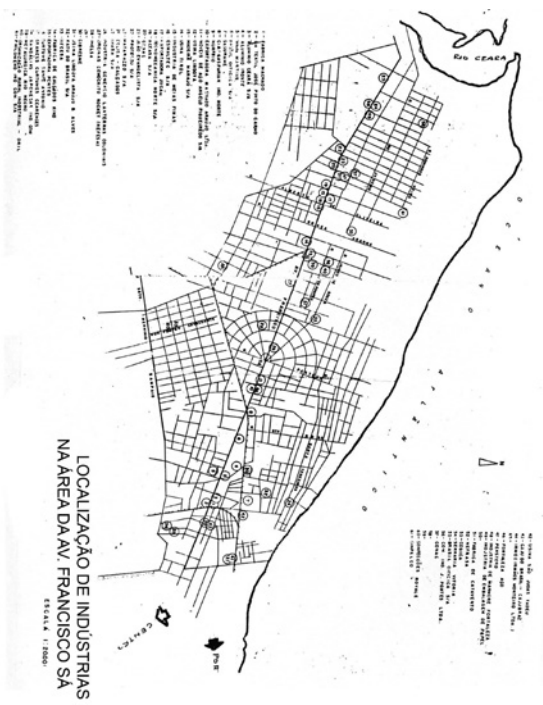
Partes dos bairros: Álvaro Weyne (antiga Floresta), Santo Antônio da Floresta e Barra do Ceará, além da totalidade dos bairros: Carlito Pamplona, Colônia e Pirambu formam esta zona industrial.

No limite oeste a Av. Soares Moreno liga a zona Francisco Sá com a Br. 222, no bairro de Antonio Bezerra, donde continua com a denominação de Perimetral. Esta via corta, respectivamente, as seguintes áreas: bairros Henrique Jorge, Bom Sucesso, a Br. 020 e distrito de Mondubim, conjunto habitacional José Walter COHAB com 4.400 casas – o distrito de Messejana, a Br. 116, prosseguindo até a zona portuária. Deste modo a zona industrial Francisco Sá liga-se com as mais importantes vias e logradouros públicos da cidade.



CARTA 1

A INDUSTRIALIZAÇÃO NA ZONA
DA FRANCISCO SÁ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS U.F.C.



CARTA 2

ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DA ZONA DA AV. FRANCISCO SÁ

Esta zona industrial assenta-se na planície costeira, sem cotas muito destacadas observando-se, no entanto, nas dunas de beira mar, pequenos trechos que atingem até 30 m. A ocupação do solo tem impedido a movimentação das dunas, malgrado já tenham penetrado em residências e coberto propriedades mais próximas do mar.

A urbanização crescente tem drenado deficientemente riachos e lagoas, causando alagamentos no período chuvoso. A maior parte das águas pluviais escoam ainda pelos poucos riachos que restam (Barra do Ceará e Jacarecanga) a procura do mar, ou em direção às lagoas João Lopes, Funda e Mel, seguindo, em alguns trechos, por valas abertas na via pública. A porosidade do terreno arenoso facilita a percolação e o “run-off” das águas pluviais se faz quando os terrenos já estão encharcados.

O subsolo tem as seguintes características: depósito arenoso eólico quaternário, com uma profundidade média de 10m., sobre formação barreira do período terciário. A 42 m. da superfície foi localizado um embasamento cristalino, evidenciando um possível falhamento post barreira, paralelo à costa.

Há água em abundância e em qualidade, sem alto teor de dureza e ainda sem evidências de poluição. Na área próxima à Barra do Ceará, a vazão é baixa, não compensando a perfuração de poços profundos, segundo declaração do geólogo Luiz Bianchi.

A localização das indústrias nessa área, de certo modo, favoreceu a população de Fortaleza, pelo condicionamento da

posição geográfica mais conforme, em relação aos ventos predominantes – SE-NO – variando de 130° a 110° e que faz os gases expelidos pelas chaminés serem carreados em direção ao Oceano e não atingindo as áreas residencial e comercial.

Os demais elementos do clima não têm grande influência na localização industrial, embora a precipitação pluviométrica seja a mesma de Fortaleza. Concentradas nos primeiros meses do ano, as chuvas têm causado alguns problemas de inundação em vários trechos de cotas mais baixas, em decorrência da falta da rede de esgoto.

A cobertura vegetal é diminuta. Nas ruas e nas raríssimas praças a arborização é quase inexistente. Na orla marítima, a edafização ainda não foi capaz de impor-se para estabelecer uma paisagem vegetal, fenômeno que exige uma ação, por parte do governo, da fixação das dunas, pois como nos referimos acima, muitos particulares têm problemas com seu avanço. Há casos em que a própria indústria arca com a responsabilidade de erradicá-las.

OS SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

A evolução dos serviços e equipamentos comunitários dessa zona não acompanha o crescimento industrial. A exigência que a indústria acarreta na vida urbana não é satisfeita, concorrendo para o maior agravamento dos problemas sociais dessa área, principalmente no que concerne aos de infraestrutura.

O adensamento demográfico e a atividade industrial estão a exigir mais eficientes organismos comerciais, serviços administrativos e financeiros, visto serem estas atividades consequência do desenvolvimento industrial.

Água

O serviço de abastecimento de água na área industrial da Av. Francisco Sá é construído pelos próprios industriais, através da perfuração de poços profundos e tubulares. De modo geral, a vazão é boa, ressaltando a observação que fizemos anteriormente. É usada a bomba injetora e para o revestimento do poço utilizam-se canos galvanizados ou plásticos.

Conforme declaração da Dra. Ana Lúcia Brasil, chefe da divisão de obras do SAAGEC – esse órgão dá maior preferência executar o abastecimento em zonas residenciais, em virtude de a população ter necessidade de consumir água boa e tratada, sem nitritos e nitratos. Quanto às indústrias, o abastecimento ficaria em segundo plano, “porque para fabricação de seus produtos qualquer água serve”, no entender da referida técnica. Constatamos que o SAAGEC – encarregado da distribuição de água – não mantém nenhuma ligação para a citada zona industrial da cidade, mesmo para residências.

Energia

No momento, a região está bem atendida pela energia, pelo menos no que diz respeito à demanda das unidades fabris. Abastecida pela CHESF, dispõe-se de uma rede trifásica com potencial à altura das necessidades atuais e com uma continuidade bem regular, principalmente durante o dia, quando o consumo industrial é bem maior e mais intenso.

A iluminação pública é deficiente. Apesar disso, no eixo principal (Av. Francisco Sá) nota-se a presença de luminárias mais modernas, embora, mal distribuídas, carecendo os demais logradouros, principalmente em torno das indústrias, de adequado serviço de iluminação pública, o que comumente é feito pelos particulares.

Pavimentação

A Av. Francisco Sá, a Rua Sargento Hermínio e a Rua Olavo Bilac são as únicas vias asfaltadas. As demais são calçadas com pedras graníticas – (não há nenhuma com paralelepípedo), e muitas ainda não possuem nenhuma pavimentação. Várias fábricas – Cinpelco, Grandes Curtumes Cearenses, Curtume Santo Antonio etc. – executaram essa obrigação da Sumov, em torno de sua fábrica.

Transporte e comunicação

Trafegam naquela área 66 (sessenta e seis) ônibus de passageiros, sendo a linha “Barra do Ceará” a que possui maior número de ônibus, visto servir os bairros mais populosos da zona. Circulam também por esta área carros de passeio, caminhões e carretas. O trânsito é muito congestionado,

promovendo sérios prejuízos e danos à população, conforme mostraremos mais adiante. A única via de acesso ao centro da cidade é a que serve de eixo principal da zona.

Até 1970, o serviço telefônico de Fortaleza havia ligado 274 aparelhos telefônicos em residências e indústrias. Apenas nas proximidades da Barra do Ceará, o STF não estendeu ainda a rede de telefones, encontrando-se, em fins de 1960, três fábricas sem esse serviço de comunicação.

Esgoto

Nada há de esgoto para água servida, a não serem alguns construídos pelos próprios industriais, em direção a fossas, lagoas ou beira-mar, o que tem trazido poluição às praias, de trecho noroeste da cidade.

Os esgotos de águas pluviais estão a cargo da SUMOV. Há grande exiguidade dessas galerias, encontrando-se apenas em trechos onde tenha havido inundações em período chuvoso e causado calamidades públicas, como em algumas partes dos bairros de Pirambu e Carlito Pamplona. O escoamento superficial se faz em sarjetas ou em riachos periódicos, em plena via pública.

Equipamento comunitário

Quatro estabelecimentos educacionais do curso secundário são encontrados nessa área industrial. Além destes, 15 escolas primárias espalham-se pela zona, tanto públicas como particulares, ressaltando-se cinco grupos escolares. Essas escolas não atendem à população, havendo necessidade do deslocamento de alunos para estudarem em escolas distantes.

O setor de saúde é bastante desfavorecido, pois existe somente um posto de saúde pública no Pirambu, estando em construção uma unidade do SESI e um hospital infantil particular, nas proximidades das oficinas da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

Embora a vida associativa da população seja bem intensa e várias tentativas tenha havido para fundação de centros culturais, conselho de bairro e outras entidades associativas, apenas algumas se mantêm com muitos esforços dos moradores desses bairros: Sociedade Pró-melhoramento dos bairros de Fortaleza, subvencionado pelo Governo Federal, prestando serviço médico-dentário e educacional; Conselho de Bairro de Vila Élery; Sociedade Beneficente Bairro de Brasil Oiticica, orientando-se mais para o setor educacional; Associação de Sondagens e Atividades Siderais, que congrega um grupo de jovens e já executou lançamento de foguetes para estudo de nebulosidade.

Tratando-se de zona onde a indústria assume uma expressão maior, chama a atenção a inexistência de qualquer associação sindical ou mesmo sociedades recreativas de operários.

Comércio e estabelecimento bancário

Quanto a essas duas funções, apenas o comércio mantém uma atividade mais expressiva, embora limitada; inexistente qualquer estabelecimento bancário.

O comércio se concentra em alguns trechos: entroncamento da Rua Dr. Themberge e Av. Francisco Sá, Praça de Carlito Pamplona, Av. Francisco Sá com a Rua José Bastos e

em variados trechos da Rua N.S das Graças no Pirambu. Destacam-se, em Carlito Pamplona a organização Mercantil São José, Casa Blanca e Mercados Públicos, casas de ferragens e depósito de material de construção todos varejistas.

A INDÚSTRIA E SUA LOCALIZAÇÃO NA AV. FCO. SÁ

Aspectos gerais da indústria fortalezense e origem na zona da Av. Francisco Sá.

Nos dias atuais, Fortaleza apresenta algumas áreas com tendências a zonas industriais. Podemos observar o fluxo de implantação de indústrias em Parangaba, nas vias em direção do porto e em Antonio Bezerra, em torno da Br. 222. Outras indústrias espalham-se pela periferia urbana. A maior concentração, no entanto, está na parte ocidental da cidade, ou seja, na zona da Avenida Francisco Sá. Fatores vários concorreram para a ocupação desta zona pelo setor secundário: o baixo valor dos terrenos, proximidade da maior favela da cidade e outros aspectos de ordem urbana, geográfica e econômica.

As primeiras indústrias instaladas nesta zona foram fábricas Filomeno Gomes, (1926) a Indústria Têxtil José Pinto do Carmo (1927) e as oficinas dos Urubus da Rede Viação Cearense (RVC) em 1928. Esta última teve aí sua localização, graças à doação de um terreno por uma família tradicional, no antigo bairro da Floresta (hoje Álvaro Weyne); A Filomeno Gomes instalou-se junto a um riacho (em Jacarecanga), ainda hoje existente, estabelecendo aí um parque têxtil e de manufatura de cigarro (Markan); nas proximidades da linha férrea sul, cruzamento com o único caminho que ia a Barra do Ceará – atual Av. Francisco Sá – estabeleceu-se a conhecida Fábrica José Pinto do Carmo, em terreno pertencente à própria família. Esta indústria deu nome ao logradouro onde se implantou. Alguns

anos depois, em frente à José Pinto do Carmo, veio instalar-se a indústria da família Cortês (atual fábrica Machado), a primeira servida internamente por linha de trens. Outras poucas indústrias vieram paulatinamente, ocupando a zona e em 1949 se encontravam seis unidades fabris. A partir dessa data, houve uma ascendência na curva de implantação industrial – gráfico 01 – o que coincidia com o aumento populacional da cidade.

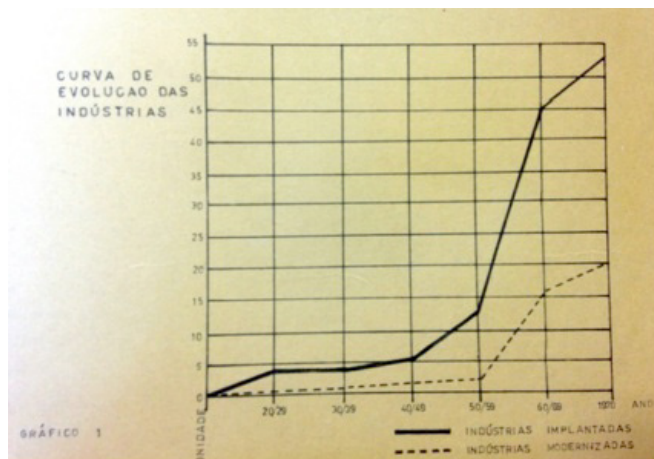


GRÁFICO 01

Durante o surgimento das primeiras indústrias, a população era atraída vagarosamente e os próprios industriais construíam as moradias dos seus operários mais permanentes, devido à escassez da mão de obra. Assim nasceram a Vila São José (Filomeno Gomes), em Jacarecanga; o conjunto J. Pinto do Carmo, na Rua José Bastos; a vila dos Ferroviários, junto às oficinas dos Urubus. Os operários não especializados levantavam seus barracos nos areais do atual Pirambu, servindo-se de palhas de coqueiro e caixões das embalagens de máquinas

vindas da Inglaterra para as indústrias de então, conforme declaração de um dos mais antigos industriais da zona.

Pouco a pouco, intensifica-se a concentração demográfica da favela, em torno do pequeno núcleo industrial que aí surgia. As eclosões das duas Grandes Guerras e as crises político-econômicas favoreceram a expansão industrial do país (14) e da região Nordeste, através da implantação de indústria de caráter substitutivo, o que muito contribuiu para a imigração na cidade de população sertaneja (15). E o Pirambu, dadas as condições de desvalorização dos terrenos arenosos de dunas não edafizadas, era o receptor dos imigrantes. Acrescente-se o papel desempenhado pela atividade pesqueira que muito contribuiu para a formação da maior favela da cidade.

Fortaleza, a essa época, delimitava-se para oeste até a atual Praça Gustavo Barroso, de tal modo que os bairros a partir da Jacarecanga formavam o perímetro urbano da província e para lá se descarregava aquilo que pudesse contaminar o ar e a água ou sujar as vias públicas, pois o serviço público era na época, mais rudimentar e ineficiente do que hoje. E aquela zona oferecia as melhores condições para a implantação de indústrias: boa drenagem, ventos favoráveis, regular proximidade do centro, terrenos a preço módico, e, acima de tudo, a possível localização do porto na Barra do Ceará. Desde a criação da SUDENE até 31 de maio de 1969, dos 103 projetos aprovados para o Ceará, 23 destinaram-se a estabelecimentos da Av. Francisco Sá, correspondendo a 19,8% do total e uma oferta de 4.555 empregos diretos, ou seja, 29,1% do total oferecido para todo o estado, equivalendo a uma média de 193 por indústria. O maior número de unidades coube ao grupo das indústrias metalúrgicas, implantadas de 1963 a 1965, enquanto as de vestuário e calçado exigiam o maior volume de força de trabalho:

1251. O total de investimentos, pela SUDENE, de sua criação a maio de 1969, atingiu Cr\$ 57 milhões só para a zona da Av. Francisco Sá (16).

Estes dados evidenciam a importância desta zona industrial, onde se concentra um grande volume de capital e de atividades produtivas que carregam uma quantidade considerável de tributos para os cofres públicos, merecendo maior atenção do poder público a problemática existente na zona.

O homem de empresa

A origem ocupacional do empresário determina a sua maturidade no desempenho da função socioeconômica da empresa. A formação do pensamento empresarial forja-se na tradição econômica da região, tanto do ponto de vista histórico, quanto ao grau de desenvolvimento. Uma região com tradição empresarial, o investidor não se põe a margem da pesquisa, dos levantamentos socioeconômicos, para não cometer erros prejudiciais a si e à comunidade a que está vinculado (17).

Nossa vida industrial ainda está na sua infância. Somente com o advento do BNB e da SUDENE, na década de 1960, tivemos um maior surto na implantação de indústrias – gráfico 01 – o que demonstra o papel relevante das medidas governamentais, como incentivos ao planejamento econômico e à industrialização.

Somente um quarto dos empresários entrevistados provém de famílias tradicionalmente industriais. Sete dos 55 eram pequenos empresários e 34 ocupavam-se do comércio ou outras atividades. Alguns destes vieram ocupar o atual “status” sócio econômico por mero acaso ou motivados pelos incentivos estatais, para expansão de suas pequenas empresas.

Aos 14 tradicionais industriais somam-se 17 que deixaram as atividades de origem para dedicarem-se mais às novas atividades. Continuam 14 comerciantes, dividindo suas ocupações entre os setores secundário e terciário e 10 outros atendendo somente ao setor serviço. No geral, identifica-se a fase de transição por que passa o empresariado, através dessa mudança de atividade - gráfico 2.

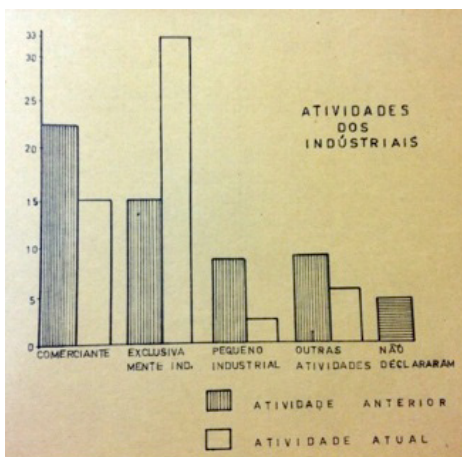


GRÁFICO 02

O homem de empresa ainda demonstra em seus modos de agir e pensar muitas atitudes patriarcalistas que não são próprias do industrial moderno: deficiência de comunicação; apego de burocratismo; temeridade no fornecimento das informações; desleixo pela segurança do trabalho, como parcimônia nos gastos; não atendimento dos direitos trabalhistas e má remuneração; emprego de recursos em bens não produtivos, como carros de luxo, casas suntuosas; tudo isto, enfim, em detrimento da evolução e expansão da empresa que lhe dá tudo,

do homem que lhe multiplica o capital, do mercado que lhe adquire os produtos.

Ao lado desses aspectos negativos, notamos em alguns industriais, principalmente os provenientes do sul e os de origem estrangeira, atitudes mais condizentes com as exigências empresariais: emprego de técnicas especializadas, instalações adequadas, maior cuidado quanto à segurança, parcimônia no emprego de capital não produtivo e cuidado com a própria comunidade em torno das indústrias, dão-nos um lampejo da conscientização mais elevada. Notou-se, ainda, quanto ao aspecto assistencial e educacional uma maior atenção por parte destes homens de empresa, tudo evidenciando a diferença de compreensão com referência ao empresário de origem local.

Fica, na margem das indagações, que empresa tem maior produtividade, melhor desempenho de suas funções econômicas, mais adequada sistematização industrial e, por conseguinte, mais evolui. Uma tomada de decisões governamentais, no sentido de favorecer o espírito empreendedor, industrial e administrativo, através de aplicação de meios educacionais, muito contribuiria para sanar alguns males que se projetam na vida econômica e na sociedade do Nordeste.

A empresa como expressão espacial

Ainda não dispomos duma concentração de recursos financeiros para o predomínio de grandes organizações empresariais. Cerca de 58,1% das indústrias desta zona pertencem a empresa de um só estabelecimento. A maioria das demais unidades industriais pertencem a grupos de outras regiões ou a grupos internacionais, cujos interesses os fazem instalar indústrias de beneficiamento ou absorvam as já existentes aqui.

Conforme o gráfico 7, 40% das empresas constituem-se de dois ou mais estabelecimentos formando um quadro do tipo A e A' da classificação de Rochefort (18). Deste total, apenas 36,3% têm suas sedes na própria Av. Francisco Sá e as demais 63,7% em outras áreas, predominantemente no sul do país – gráfico 4. Quanto aos outros estabelecimentos destas empresas, 45,5% estão dentro dos limites da nossa zona de pesquisa – gráfico 7.

A zona por nós delimitada, para este estudo, ocupa um total de 280 ha., dos quais 84 ha. são de terrenos das fábricas, equivalendo a 30% de toda a superfície da zona, restando 70% para as demais funções – gráfico 3.

Em termos de área, os ramos industriais que mais ocupam a maioria são: couro, química, metalúrgica e têxtil. Destes ramos, chamam atenção para os três curtumes que possuem terreno equivalente a 12 fábricas químicas e a 13 metalúrgicas – gráfico nº5. O espaço tomado por todos os outros ramos não chega a ¼ dos terrenos do total das unidades fabris. – gráfico 6.



GRÁFICO 03

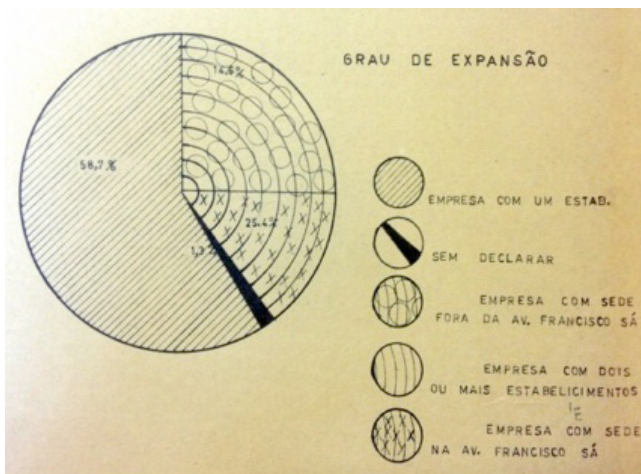


GRÁFICO 04

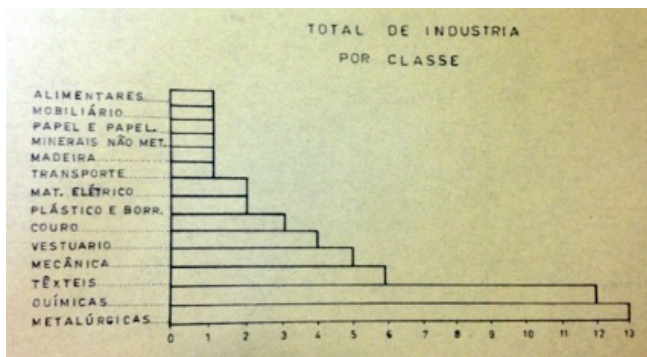


GRÁFICO 05

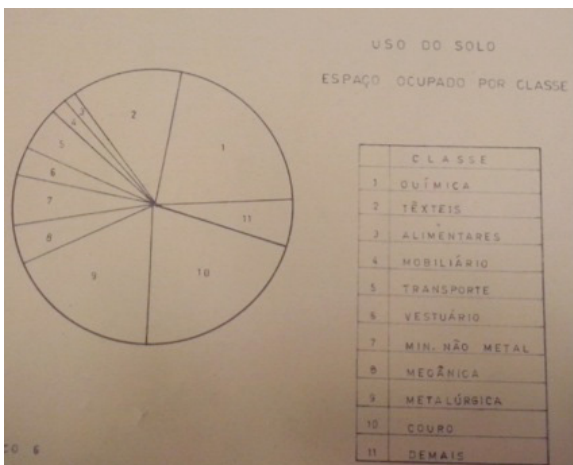


GRÁFICO 06

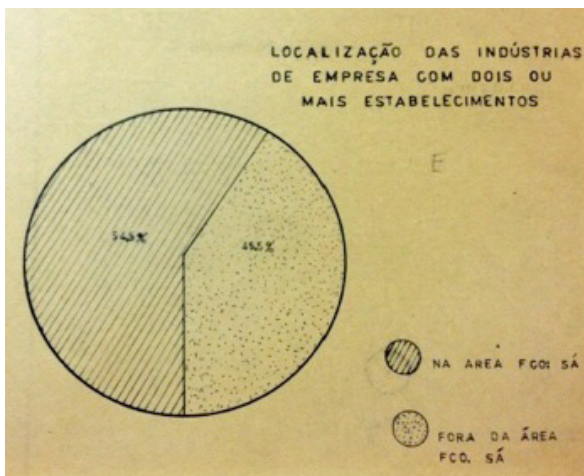


GRÁFICO 07

Fatores de localização das indústrias

Regionais

Os fatores regionais da localização industrial têm mais destaque, visto a sua sobrepujança na causalidade da evolução econômica. Quando se afirma que a cidade espelha a região não é outro motivo, senão o de na concentração urbana os fenômenos regionais assumirem a direção das decisões mais importantes. O transporte, a mão de obra e a energia são os elementos que melhor expressam a região. O primeiro, pela sistemática da circulação e comercialização dos produtos; o segundo, pela qualificação e quantidade e o terceiro, pelo condicionamento que é de toda infraestrutura regional. Região sem sistema de transporte eficiente, mão de obra qualificada e energia em quantidade e qualidade emperra no subdesenvolvimento.

Transporte

Não utilizamos em nossa análise os elementos econômicos, como fez o Prof. Fernando Mota (8), pois tratamos de geografia de área restrita. Aqui este fator é estudado tendo em vista às condições de melhor entrega da matéria prima e distribuição da produção.

Considerado sob o ponto de vista geográfico, o transporte compreende desde a problemática da recepção de matéria prima até a incidência de proximidade de outras unidades fabris.

Dos quatro fatores mais preponderantes na escolha de localização pelos industriais desta zona, a proximidade das ou-

tras fábricas foi a que atingiu mais alto índice, principalmente entre as metalúrgicas e químicas – gráficos 8 e 9. A proximidade às outras fábricas é um elemento favorável ao transporte pelo fato de haver uma melhor distribuição da matéria prima importada, dentro dum mesmo roteiro e que pode reduzir o custo de frete e, ainda, a formação de uma projeção vertical na produção; - v.g., foi vendo este aspecto que se instalaram próximas, uma às outras, as fábricas de parafusos, pregos e palha de aço e junto a estas, uma galvanizadora. Isto, como óbvio, corresponde a um menor dispêndio com transporte.

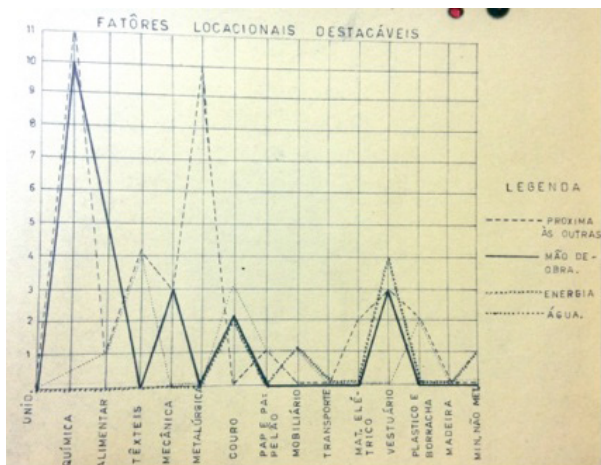


GRÁFICO 08

Quanto às indústrias químicas, observamos essa preferência de localização concentrada devido a possibilidade de compra mais vantajosa das sementes oleaginosas que provém, em caminhões, das regiões interioranas do Ceará e dos estados vizinhos, podendo os industriais especularem mais comoda-

mente o melhor preço. Declararam ser esse um fator importante, para localização industrial cerca de 65% dos industriais entrevistados.

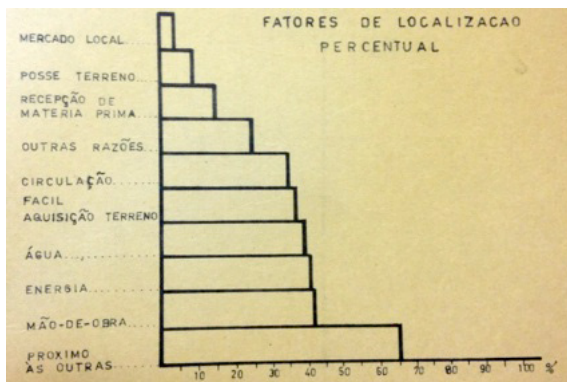


GRÁFICO 09

Como procedência de grande parte das matérias primas usadas nessas indústrias vem do sertão nordestino e sul do país – quadro 2 - o transporte rodoviário oferece melhores condições de segurança e de tempo, sendo o mais usado, tanto na recepção de matéria prima como no escoamento dos produtos industrializados – gráficos 10 e 11.

A zona da Av. Francisco Sá tem boa situação para os veículos que se servem das rodovias federais e da estadual que liga à região litorânea do Ceará. Está a Estação Ferroviária João Felipe muito próximo desta zona industrial, embora as regiões servidas pela ferrovia não a utilizem bastante para envio de matéria prima, o que só ocorre para cinco indústrias e quatro outras enviam seus produtos pelo transporte ferroviário – gráficos 10 e 11.

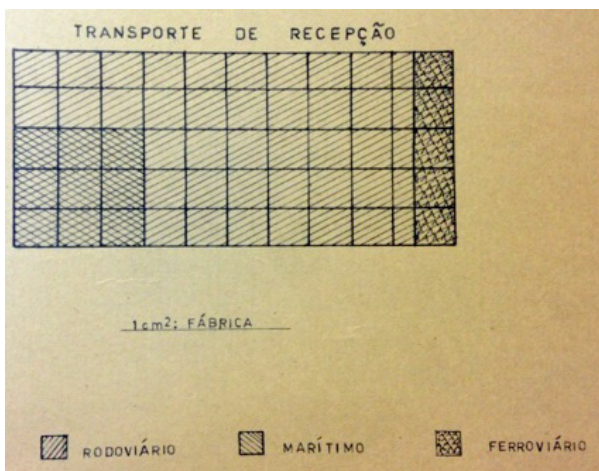


GRÁFICO 10

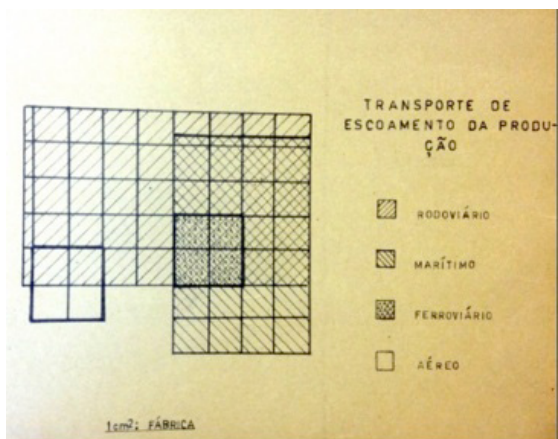


GRÁFICO 11

Apesar da inexistência de boas vias de comunicação para o porto, a distância relativamente diminuta minimiza as dificuldades do tráfego, sendo utilizado para exportação de produtos beneficiados – algodão, cera, óleos, peles etc. para o estrangeiro e produtos finais para a região norte do Brasil. Alguns empresários deixam de usar o transporte marítimo por deficiência de nosso porto, quer na administração, quer do serviço de cabotagem e seguro – veja gráfico 3. O transporte marítimo para a América Latina e Europa é grandemente prejudicado por falta de frota, pois, conforme declaração dos próprios industriais, os países aí localizados fazem melhores ofertas.

O transporte aéreo é usado por quatro indústrias, apenas para o envio de produção manufaturados leves.

Todos esses fatos foram observados pelos empresários para a melhor localização de suas fábricas.

Mão de obra

Não cabe nesse subcapítulo, um estudo aprofundado da força de trabalho visto tratar-se de assunto que requer mais tempo e uma consideração especial reservada à continuidade deste levantamento.

A mão de obra atualmente representa o mais importante fator locacional de muitos tipos de indústria dessa zona. Sua importância se deve, principalmente, à quantidade, pois a abundância da oferta da força de trabalho implica em redução do salário, estímulo para o investidor. Esse estímulo diz respeito à relação entre trabalho e remuneração. Diante do grande volume de trabalhadores nas portas das indústrias, exige-se mais tempo de trabalho dos que estão operando na fábrica, embora

pagando o mesmo salário, determinando assim a sua redução: r/t , onde r =remuneração e t =trabalho, logo aumentando t o resultado diminui, proporcionando maior lucro ao empresário.

Aspectos outros do adensamento populacional favorecem a concentração de indústrias, o que também é causa do crescimento demográfico. Em seus estudos científicos, o autor de “O Capital” revela: “Qualquer observador desprevenido percebe que, quanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço e portanto, quanto mais rápido a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis as habitações dos trabalhadores” (19). Esse fato, nos dias atuais, se destaca principalmente, nos países atrasados. Nas áreas de tradição industrial, o operário já formou uma cultura de classe na evolução do artesanato à atividade mecânica, enquanto em áreas de recente implantação de indústrias, os critérios operacionais do trabalho mecanizado ainda não alteraram a estrutura dos costumes, muitas vezes impregnados do tradicionalismo urbano, considerando-se as modificações previstas nas legislações trabalhistas e sociais de todos os países avançados, bem como a mudança de atitude de seus industriais com referência aos problemas comunitários.

Em conferência pronunciada no Instituto de Geociências (20), o técnico João José de Sá Parente ressaltava os seguintes fatores referentes à mão de obra como obstáculos ao desenvolvimento industrial.

1. Baixo nível de alfabetização, pois dois terços da população nordestina e do Ceará são analfabetos;
2. Falta de qualificação ou especialização para o trabalho industrial;

3. A maioria dos nossos trabalhadores procede do campo;
4. Baixo nível de saúde, habitação e alimentação, resultando da própria estrutura em que vivemos;
5. Falta de valorização, por parte do empresário, de treinamento da mão de obra;
6. Legislação fora da realidade de nossos trabalhadores;
7. Inexistência de uma estrutura sindical sólida e eficiente.

Em importante trabalho – “Sindicato no Desenvolvimento do Brasil”, publicado pela Difusão Européia do Livro, José Albertino Rodrigues comenta:

Não tem raízes na tradição cultural, pois não resultou de adaptações de instituições anteriormente vigente, como se verifica na Europa: as organizações mutualistas, que entre nós precederam o sindicato, eram poucas e limitadas a algumas categorias, de empregados em serviços públicos. O sindicato resultou, pois da transposição de instituições de um ambiente sócio-cultural para outro e encontrando resistência na ordem social tradicional. A constatação válida para o caso brasileiro pode ser estendida para outros países da América Latina (15).

O que afirma o eminente estudioso espelha a fase de nossa vida industrial, no que se refere à vida organizativa da força de trabalho.

Contudo depois da proximidade às outras indústrias, o fator de maior realce foi a mão de obra – gráfico 9. Apenas

os ramos industriais mobiliários, transporte, material elétrico, plástico e borracha, madeira e minerais não metálicos não se localizaram devido à mão de obra existente, pois são os grupos que menos trabalhadores utilizam. Todos os outros ramos, principalmente as indústrias químicas, alimentares, mecânica, metalúrgicas e vestuário, procuraram implantar-se, tendo em vista a mão de obra existente na zona, abundante e barata, embora desqualificada, - gráfico 8. As indústrias químicas exploram mais operárias e as metalúrgicas trabalhadores masculinos - gráfico 13. Desse modo, 40% das indústrias tiveram a força de trabalho disponível como fator de importância na sua localização nessa área de Fortaleza.

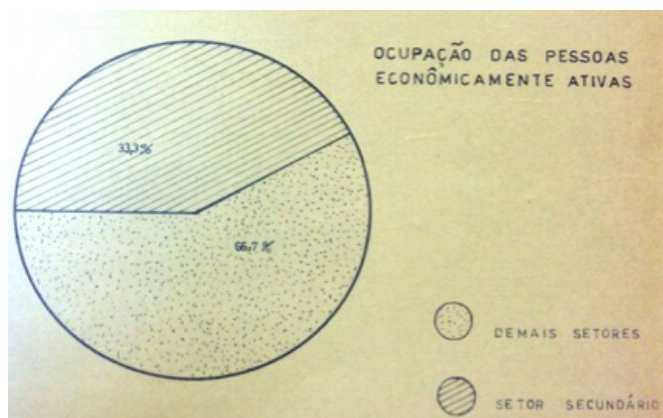


GRÁFICO 12

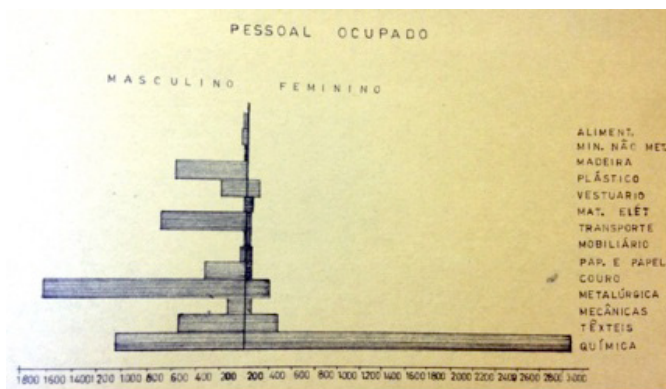


GRÁFICO 13

As 55, ou mais precisamente, 52, unidades fabris ocupam 8.949 pessoas, correspondendo a 7,9% dos habitantes da área (112.000h) e uma média de 172 pessoas por indústria. Essas 8.949 pessoas correspondem a 33,3% das pessoas economicamente ativas existentes na área da pesquisa, ocupando-se às demais em outros setores: horticultura, agricultura de subsistência, comércio e serviço, como demonstra o gráfico 12.

Face aos elementos observados, concluímos parcialmente o seguinte:

- Nosso operário submete-se a qualquer tarefa, mesmo sem as mínimas condições de trabalho. Constatamos indústrias que não dispõem sequer de meios de circulação de ar para as centenas de trabalhadores que operam mais de oito horas em meio de barulho das máquinas muito próximas uma das outras, causando distúrbios mentais nos trabalhadores, como é o caso das têxteis em Fortaleza (21);

- Trabalhar é um “privilégio”. As pessoas, qualificadas ou não, sujeitam-se a qualquer tipo de trabalho e remuneração;
- O regime de remuneração por produção exige 10 a 12 hs. diárias de labuta para atingir o salário mínimo, retrocedendo-se assim ao regime vigente à época da Primeira Revolução Industrial e ao liberalismo econômico;
- Onde a técnica é mais primária, nas fábricas de castanha por exemplo, há uma maior imposição do empresário, pois a produção depende essencialmente do trabalho manual. Aí a disciplina é mais rígida, chegando a formas brutais, o que provoca constantes atritos entre administrativos e administrados;
- Há uma grande mobilidade horizontal da mão de obra, dado a constante renovação de contratos de trabalho, propiciando uma espécie de rodízio, porquanto encontramos operários que trabalharam na mesma indústria duas ou três vezes;
- Notamos, em certas fábricas, pouca consideração quanto ao “layout”, o que provoca uma baixa produtividade e é uma fonte de acidente de trabalho.

ENERGIA

A existência de energia numa região é uma condição “sine qua non” para a permanência de indústria. É a base infraestrutural do desenvolvimento.

Servida pela CHESF, Fortaleza dispõe atualmente de força energética para qualquer tipo de atividade industrial. A capacidade do sistema CHESF é de 666.000 KW em usinas

hidrelétricas 35.000 de termelétricas. O fator de carga acusou um aumento em 1969 de 55,3% atestando o grau de desenvolvimento do mercado consumidor. Somente o Ceará, em 1969, consumiu um total de 319.018.881 KW, colocando-se em 3º lugar, logo abaixo da Bahia (22).

Por falta de dados sobre o consumo de Fortaleza em 1969, podemos afirmar, somente que esta cidade apresenta um aumento aproximado de 25.000 Mwh e em 35 indústrias da Av. Francisco Sá encontramos uma média de 292.367 Mwh no consumo em 1969. Estas indústrias receberam a energia em tensão inferior a 2,3 KV e outras em tensão superior a este potencial.

Finalmente a energia elétrica, nos seus aspectos de intensidade e frequência, tem sido um fator essencial no bom funcionamento das indústrias na área estudada.

Fatores técnico-locacionais

Os fatores técnico-locacionais na classificação de Weber correspondem a elementos que propiciam uma melhor distribuição dos produtos, uma maior dinâmica da atividade industrial. Estes fatores locacionais são importantes, visto sua influência na capacidade do volume da produção.

Apenas 10% das indústrias desta zona tiveram o mercado consumidor de Fortaleza como fator de localização. A proximidade do porto do Mucuripe desempenhou papel importante para na zona da Av. Francisco Sá ficarem algumas indústrias de transformação de produção exportável. Disto resultou a implantação na Francisco Sá de 31 indústrias que exportam para o exterior e para outras regiões do país, via marítima.

A proximidade às outras indústrias, já comentada anteriormente, também é visto como fator técnico locacional, à medida que favorece o melhor desempenho de relacionamento com indústrias do mesmo ramo ou de ramos diferentes, além de atender às peculiaridades dos outros estabelecimentos da mesma empresa.

A existência da rede bancária e de serviços, a apenas 4 km da zona, credenciou ainda mais esta área ser o local para a implantação das 55 indústrias – veja carta 01.

Associado a outros fatores, este veio pesar de modo mais sensível, pois se trata de uma das mais importantes exigências do setor secundário: relação mais ampla e intensa com funções bancária, portuária, serviços administrativos. A circulação mais curta e fácil vem de certo modo concorrer para o melhor desempenho das tarefas próprias do industrial.

Vale ressaltar a preferência de mercado dessas indústrias. As indústrias que utilizam matéria prima local, como a castanha, oiticica e algodão, estão ligadas, comercialmente, ao mercado externo e aquelas dependentes da matéria prima de regiões diferentes, como o ferro, alumínio, minerais, borracha, servem mais ao nordeste ou a mercado local – quadro 1.

Fatores especiais

Apesar da deficiência, ou mais exatamente, da inexistência do abastecimento de água por parte do SAAGEC, a qualidade da água no lençol freático satisfaz às exigências da fabricação de produtos que dela necessitam. Somente a noroeste da Fábrica Protecto, a vazão não condiz com a maioria dos poços profundos, segundo prospecção do geólogo Prof.

Luiz Bianchi, do Instituto de Geociências. Cerca de 38% das 55 indústrias escolheram esse local para as suas fábricas tendo considerada a boa qualidade da água e o volume da vazão, colocando-a como um dos principais fatores – gráficos 8 e 9. Notamos no gráfico 8 que as indústrias têxtil couro, plástico e borracha exigem com mais frequência esse precioso líquido, como insumo de seus produtos.

As boas condições de venda oferecidas aos industriais favoreceram a aquisição dos terrenos dessa zona. Como já vimos anteriormente, a evolução da implantação das primeiras fábricas teve causa primordial o baixo preço dos terrenos e até mesmo a doação de outros. As oficinas dos urubus (RVC) estão em terrenos doados, tendo sido as escrituras passadas em data recente. Isto é demonstrado por vinte industriais que aí se instalaram em terras adquiridas a baixo preço e cinco outras em áreas já muito de posse da família do industrial. As três indústrias de couro ocupam mais espaço do que as metalúrgicas juntas, pois se estabeleceram nas partes próximas à orla marítima onde os terrenos são de baixo valor – geralmente ocupados por mocambos ou de propriedade do Ministério da Marinha. – gráficos 5 e 6 e carta n° 2.

Com relativa concentração industrial, esta zona não tem eficiência de serviços. Podemos, no entanto, considerar a proximidade do centro da cidade como viável à utilização dos serviços pelas indústrias da zona da Av. Fco. Sá.

Outro fator locacional é a condição mais adequada, em termos de interesse do empresário, para escoamento do resíduo industrial. Daí porque as mais antigas estão mais perto de lagoas, riachos e do mar e atualmente constroem-se, financiados por particulares, galerias de escoamento de águas servidas para

riachos e o mar. A espontaneidade da expansão urbana criou um zoneamento adequado para as indústrias, embora carente de reforma.

Motivações

Alguns aspectos locais não funcionam como fatores, mas simplesmente motivações para em determinado lugar ser instalada a fábrica.

A aquisição de indústria falida, cuja instalação foi parcialmente aproveitada; a proximidade da residência do empresário ou de seu escritório e o desejo de valorizar terreno já de propriedade da família do empresário são algumas das motivações notificadas entre os empresários da Zona da Av. Fco. Sá, favorecendo-lhe a instalação de novas unidades fabris nessa zona.

O zoneamento estabelecido pelo poder público considera esta zona, por costume, área industrial, o que também concorrerá para o empresário aí localizar-se.

Problemas decorrentes da atual localização

Circulação

Apesar dos fatores positivos da localização – orientação do vento, boas condições de drenagem, proximidade dos serviços e das demais funções – subsistem, entretanto, muitos problemas decorrentes de sua expansão anárquica, que poderiam ser solucionados, dependendo de reformas sociais, políticas e econômicas.

De 95% das fábricas dessa zona, a via de acesso mais econômica para atingir o centro da cidade é a própria Av. Francisco Sá, eixo de todo o tráfego da zona. A alternativa seria a Rua Sgto. Hermínio, mas aumenta o percurso à medida que nos aproximamos da Barra do Ceará. Para atentarmos para algumas soluções da problemática do tráfego da Av. Francisco Sá, verifiquemos alguns aspectos de ordem técnica e usual.

A Av. Francisco Sá inicia-se na Av. Filomeno Gomes, terminando na Barra do Ceará, em direção leste oeste, onde se encontra com a Perimetral ou Av. Soares Moreno. É uma continuação da Rua Guilherme Rocha que nasce na Rua Conde D'Eu, em pleno centro da capital. Sua extensão é de aproximadamente 6 km e tem a largura de 9,10 m. Foi alargada em 1960, como solução precária, em detrimento dos pedestres com o estreitamento das calçadas, coisa que se veio aliviar o tráfego de veículo resultou num aumento considerável de acidentes pessoais. Foi, portanto, uma saída improvisada.

À Av. Francisco Sá se ligam as seguintes ruas:

Para o lado sul:

- Rua José Bastos, ao lado da via férrea, ligando-se à Av. Bezerra de Menezes;
- Rua Pe. Anchieta, passando pelo bairro de Monte Castelo, liga-se também à Av. Bezerra de Menezes;
- Rua Tenente Lisboa, ao lado do segundo ramal ferroviário, sem muita expressão de tráfego, por falta de pavimentação, o que a tornaria uma via de ligação com o bairro de Antonio Bezerra, ficando, portanto, em contato com a Br. 222;
- Av. Theberge que nos leva à estação ferroviária do bairro Álvaro Weyne (ex-Floresta) e pela Rua Olavo Bilac (asfaltada)

até a Rua Sargento Hermínio e logo a seguir com a Av. Bezerra de Menezes;

- Rua Adolfo de Menezes, comunicando-se com o populoso bairro proletário Santo Antonio da Floresta;
- Av. Soares Moreno, de grande importância por ligar-se à Br. 222, à rodovia estadual Fortaleza Maranguape que servirá à futura Br. 20 (Fortaleza, Brasília). A perimetral passa por vários bairros populosos.

Para o lado norte:

- Rua Jacinto Matos, entrada para a maior concentração demográfica da zona, o Pirambu;
- Rua Tenente Lisboa, em direção ao bairro Tirol, prolongamento do Pirambu;
- Av. Pasteur, artéria principal do bairro Carlito Pamplona e está ligada à rua N. S. das Graças, eixo principal do Pirambu;
- Av. Themberge: prolonga-se até o mar, passando pela Rua N. S. das Graças;
- Outras vias de acesso a alguns núcleos de pescadores e fábricas localizadas – próximas à orla marítima.

Teremos de usar a Av. Francisco Sá se desejarmos:

- Ir ao centro da cidade, onde estão os serviços, o setor bancário e grande parte do setor politicoadministrativo;
- Ir ao porto e
- Ir à Aldeota, bairro de residência dos empresários.

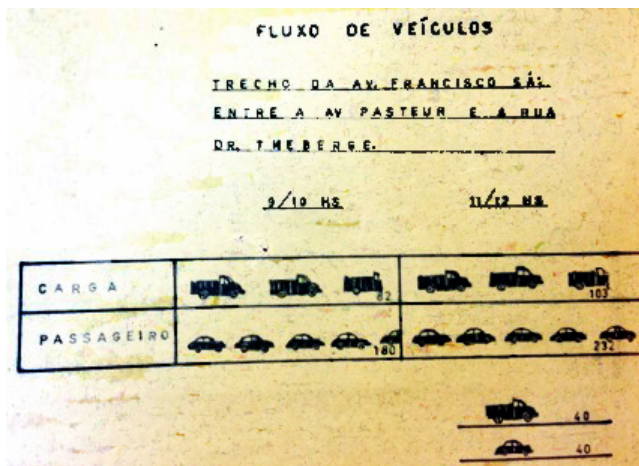


GRÁFICO 14

Isto tudo implica em um fluxo intenso, demonstrado no gráfico nº 14: em apenas uma hora, num trecho médio da Av. Francisco Sá, obtivemos a passagem de 262 carros em ocasião de menos movimentação e 335 em uma hora de maior intensidade do tráfego. Isso se deve a 270 viaturas das indústrias – 104 de carga e 166 de passageiros – 66 ônibus que servem a 16 linhas transportando aproximadamente 1.641.000 passageiros em maio de 1970 (23). Não se falando dos caminhões contratados para transporte de mercadorias ao porto e carretas que chegam quase diariamente das demais regiões do país e do interior do estado, dezenas de caminhões caçambas que transportam lixo da cidade inteira para a rampa situada na Barra do Ceará e de automóveis particulares e de aluguel. Isto tudo em uma única via de 9,10 m. de largura que serve de escoadouro aos bairros mais populosos, onde se adensa mais de 10 % da população fortalezense.

Dois níveis ferroviários passam pela Av. Francisco Sá, onde têm ocorrido muitos desastres, não se falando do engarrafamento nas horas de maior fluxo de veículos. A mesma “avenida” corta algumas fábricas, submetendo centenas de operários aos perigos do tráfego constante – carta 2. Assomem esses dados maiores proporções, em vista dessa avenida ter duas mãos.

Em decorrência dessa urbanização anárquica, a população aí residente tem pago muito caro, pois nos primeiros 10 meses de 1970 tivemos os seguintes acidentes, registrados pelo DETRAN (24), somente na Av. Francisco Sá:

1. Danos pessoais:

- atropelamentos simples: 22
- atropelamentos fatais: 3
- colisões: 2

2. Danos materiais em 27 acidentes:

- pequenas proporções: 9
- médias proporções: 11
- grandes proporções: 7

3. Totais: 65

- média por mês: 6,5
- média por semana: 1,5

Os problemas estão aí apresentados.

Poluição do ar e água

Por falta de dados e de aparelhagem adequada, não podemos avaliar o índice de poluição do ar e da água nessa zona. Em visita a algumas fábricas tivemos ligeira ideia dos

gases expelidos pelas chaminés. Malgrado não haja uma implicação mais notória ainda, as pessoas residentes nas imediações de certas fábricas já se ressentem da contaminação do ar. Assim mesmo os veículos aumentam sintomaticamente o volume de CO e CO₂ e indústrias de castanha expõem fenóis no ar.

Com relação à água, também não podemos fazer levantamento desejável, mas sabemos da poluição das praias entre Barra do Ceará e Jacarecanga, decorrente da evacuação de águas servidas e detritos em plena orla marítima. Em trechos mais baixos, a contaminação da água se dá em face da falta de esgoto para as fossas das residências. Ressalte-se o fato de grande gravidade: a maioria dos habitantes que moram em favelas não dispõe nem de aparelhos sanitários, nem de fossas. Os poços tubulares comumente situam-se imediatamente próximo às fossas, o que vem completar o quadro de poluição da zona, com resultados drásticos para a população.

Conceito de porto

Indagados sobre o papel do porto nos seus múltiplos aspectos – localização, avaria de mercadoria, taxa e circulação de navios – as opiniões dos industriais ficam nitidamente divididas, conforme se ver no quadro 3.

Cerca de 28 indústrias recebem matérias-primas do sul do país e do estrangeiro, geralmente através da via marítima. Doze exportam seus produtos para o estrangeiro e 15 para outras regiões do país, servindo-se também do transporte marítimo – quadros 1 e 2, gráficos 10 e 11.

MERCADO DAS INDÚSTRIAS

	INTERNAC.	NACIONAL	EXCLUSIVA- MENTE REG.	EXCLUSIVAM- ENTE LOCAL
QUÍMICAS	2	5	2	1
ALIMENTARES				1
TÊXTEIS	1	4	2	
MOBILIÁRIO			1	
TRANSPORTE			1	
MAT. ELÉTRICO			1	1
VESTUÁRIO		1	3	
PLÁSTICO E BORR.			1	
MADEIRA			1	
MIN. NÃO METAL.			1	
MECÂNICA			4	1
METALÚRGICA		3	8	1
COURO	1	1	2	
PAPEL E PAPELÃO			1	
TOTAL	11	14	28	5

QUADRO 1

PROCEDÊNCIA DA
MATÉRIA-PRIMA.

PROCEDÊNCIA	NÚMERO	%
SUL	18	32,8
REGIONAL	13	23,7
SUL E LOCAL	6	10,6
LOCAL	5	9,1
ESTADUAL	4	7,3
SUL E ESTRANG.	2	3,6
SUL E REG.	2	3,6
EST E REG.	2	3,6
SEM DECLARAR	3	5,7
TOTAIS	55	100,0

QUADRO 2

P Ô R T O
CONCEITO DOS EMPRESARIOS

CONCEITO	DECLA =RARAM	%
B O M	10	32,2
R E G U L A R	13	42,0
D E F I C I E N T E	8	25,8
T O T A I S	31	100,0

QUADRO 3

Tendo em vista os aspectos acima referidos, 31 empresários deram ao nosso porto os conceitos demonstrados no quadro 3. Por parte dos oito que deram o conceito mais baixo, destacam-se os que tiveram mercadorias avariadas, ou mesmo desaparecidas sob responsabilidade do armazém do cais ou da companhia seguradora. Apesar de, mesmo indenizadas, não corresponder ao custo, em virtude da lentidão do processo burocrático.

Energia

Para o tipo de indústrias ali existentes ou de outras de mesmo padrão a se instalar, a energia seria suficiente.

Apesar das controvérsias entre a declaração de um funcionário da CONEFOR e de um empresário, a energia local não atenderia à demanda de um forno elétrico para uma importante indústria metalúrgica da zona.

Salvo algum incidente de ordem operacional, os industriais não apresentaram nenhum problema decorrente da deficiência energética da zona.

Mão de obra

A mão de obra, abundante e crescente, na área é um fator locacional de grande importância, conforme mostramos em páginas anteriores. Mesmo assim, as indústrias mais modernizadas não se servem da população local, obrigando-se a trazer operários especializados de outros centros do país ou financiando o aperfeiçoamento de outros em regiões industrializadas.

Contando com apenas duas escolas técnicas profissionais, Fortaleza ainda não dispõe de escolas médias formadoras de uma força de trabalho capazes de atender à demanda de indústrias modernas. Daí o porquê da necessidade da reforma do ensino tradicional brasileiro e, em especial, do Nordeste, (25).

Situado nas proximidades de muitas indústrias, o SENAI mantém um relacionamento mais estreito com algumas. Esta escola polivalente tem a finalidade de formar profissionais de nível médio e é subvencionada por 1% de folha de pagamento das indústrias (25), com três tipos de cursos:

1° Para menores de 16 anos, durante o dia, com duração de dois anos: mecânico de manutenção, solda elétrica e oxiacetilênica, carpintaria, marcenaria, gráfica, mecânica de automóvel, adestramento de fiação e tecelagem;

2° Para maioria de 18 anos, durante a noite, com duração de 100 horas a 3 meses: ajustador, torneiro mecânico, fresador mecânico, carpintaria, compositor manual gráfico, im-

pressor gráfico, solda elétrica e oxiacetilênica, ajudante e contra mestre de fiação e tecelagem, afinador de motor de automóvel e operador de máquina de carpintaria.

3° Divisão de treinamento industrial, curso que atende, de modo mais imediato, as necessidades vitais das indústrias, porque proporciona treinamento e execução aos próprios integrantes da força de trabalho. Falta, no entanto, participação e compreensão dos próprios empresários para dar horas do expediente para esse curso de treinamento (26), o que revela o imediatismo dos homens de empresa.

Dispondo de apenas 200 vagas, conta atualmente com 168 alunos. Anualmente, há uma evasão de 18%, tendo como causa principal a falta de condições econômicas dos alunos de frequentarem o curso, embora a escola ofereça as condições, exigindo do aluno apenas o fardamento.

Serviços públicos

Esgoto

Em se tratando de uma zona de produção industrial que muito contribui para os cofres do Estado, os serviços públicos deixam muito a desejar face às necessidades das múltiplas funções aí existentes.

Com relação a esgoto para águas servidas, eles simplesmente não existem e os de águas pluviais são em escala diminuta, ocorrendo o escoamento em sarjetas abertas ou em valas obstruídas pela própria erosão ou escavadas por moradores. Há casos, no período chuvoso, de indústrias importantes, como a White Martins, que já tiveram seu funcionamento pre-

judicado pela invasão das águas e áreas residenciais inundadas, causando calamidade pública, por falta de esgoto. Somente após esses prejuízos de ordem material e humana, os poderes públicos tendem a tomar algumas iniciativas com as imperfeições de imediatismo.

Atualmente uma pequena galeria drena essas águas para um córrego que corta a Rua Padre Anchieta e se dirige ao açude João Lopes. Em anos de chuvas mais intensas tem havido desabamentos de residências, corte da rede elétrica e telefônica, soterramento da via pública e demais problemas de zonas em abandono.

A drenagem existente nessa zona, construída pela SUMOV, é (27):

1. Av. Sargento Hermínio, entra as ruas Evandro Luz e João Pombo, com 450 m.
2. Ruas Álvaro de Alencar, Santa Terezinha e Vicente Sabóia, com 800 m.
3. Trecho da Av. Filomeno Gomes e Hélio Caracas, com 250 m.
4. Rua Santa Rosa, com 500 m.

Evidencia-se, assim, sua inadequação às reais necessidades da zona.

Saneamento

Terrenos baldios, em meio a residências, juntos às muradas das fábricas tem servido de amontoados de lixo. Além da poluição própria de uma zona industrial, uma outra vem se acrescentar ao mesmo: o depósito de lixo da cidade, próximo

a uma das mais modernas fábricas – Cimpelco – aumentando mais ainda a incidência de doenças na região.

Praticamente, a totalidade das residências desta zona serve-se de água poluída. Fossas residenciais e de postos de lubrificação e das indústrias contaminam a água dos poços tubulares.

CONCLUSÕES

Fortaleza carece de estudos mais aprofundados em todos os ângulos. Muito pode fazer o Instituto de Geociências – UFC – no sentido de melhor espelhar alguns fenômenos geográficos, como se tem feito em muitas outras cidades do país. A deficiência de estudos não é só em quantidade, como se verifica da carência de uma análise mais cuidadosa que traga subsídio à compreensão de aspectos importantes de sua vida urbana.

Sentimos essa deficiência num primeiro contato mais direto e qualquer instituição interessada em conhecer a cidade, pouco encontrará fora da literatura romântica proveniente mais de compilação e abstração do que de exame dos fatos.

Nesta análise chegamos a certas conclusões, uma de ordem puramente especulativa, outra essencialmente prática. Passemos a expô-las.

Talvez por inexistência de pedidos e solicitações, a maior parte dos órgãos públicos não dispõe de dados completos que possam servir de base a uma pesquisa mais exigente.

Mesmo sem pretensão de formular método ou de inovar técnica metodológica, no decorrer do trabalho avaliamos certos elementos de real valor para posteriores estudos:

1. Importância da centralização dos dados coletados através de “espelho” ou livro branco onde estão enfileiradas as unidades e subunidades do levantamento.
2. Aplicação de um questionário objetivo cuja organização facilita a tabulação, e interpretação das opiniões colhidas e mesmo a aplicação no campo;
3. Associação da metodologia com as etapas posteriores, de tal modo que o desenvolvimento possibilite uma visão global e as unidades fiquem cada vez mais relacionadas;
4. Em Geografia Urbana, como nos demais ramos da Geografia Humana, não pode sobrepor a estatística aos fatos, tornando-a meramente teórica, uma vez que isso resultaria num obscurecimento da feição dinâmica do desenvolvimento humano. As opiniões individuais devem ser avaliadas à medida que compreendemos sua importância na dialética do processo.

Com respeito à visualização fisiográfica e humana de Fortaleza têm-se muito a desejar. Os raros levantamentos existentes são de responsabilidade do BNB no que de mais perto interessa aos seus objetivos. A Prefeitura Municipal é escassa em síntese de dados e os existentes encontram-se em arquivos dispersos e incompletos. O Estado não nos pode oferecer sistematicamente um conteúdo para base da compreensão de fenômeno de localização industrial. Acima de tudo, o inter-relacionamento de técnicos é de uma deficiência lamentável, decorrente da des-centralização como falta de geógrafo na orientação geral dos trabalhos, hoje já sentida pelo próprio Presidente da República (28).

Nenhum planejamento desenvolvimentista terá êxito se não levar em conta os aspectos físicos e humanos, porque a partir deles podemos quantificar as forças acumuladas para quaisquer diretrizes.

Nossa expansão urbana se faz ainda sem qualquer planejamento. Não se canalizam os recursos disponíveis numa orientação planejada e, com isto, avolumam-se, mais e mais, os problemas da cidade. Enquanto mais o homem desenvolve meios de sobrevivência, ele mais sucumbe vítimas de suas próprias criações. A violência mais se realça quando lhe faltam equipamentos comunitários, uma infraestrutura eficiente e a disponibilidade de recreação. E a indústria na Av. Francisco Sá vem em apoio a esta afirmativa.

SUGESTÕES

Não nos incubimos de um planejamento para a zona de presente estudo, para o que necessitaríamos de um enfoque geral de toda a cidade, melhor amadurecimento sobre os seus problemas urbanos e da região nordeste. Afinal esta zona não está desvinculada do espaço e do tempo. Assim mesmo, podemos oferecer algumas ideias subsidiárias a um plano infraestrutural das condições urbanas, que deveria partir de órgãos governamentais, visando o Plano Diretor de Fortaleza (Plandirf).

Dentro de cinco diferentes aspectos, colocaríamos as sugestões, a par das observações de campo, e relacionadas com as possibilidades locais. Em regiões subdesenvolvidas, as iniciativas particulares e estatais devem carrear melhorias, o mais possível, às condições locais, tendo em vista o maior aproveitamento dos recursos disponíveis.

Na zona industrial da Av. Francisco Sá, tendências várias de diferentes trechos aclamaram-se, à proporção que se desenvolvem os centros de abastecimento, passeios públicos, concentração de educandários etc.

Diante das necessidades prementes para não chegarmos com muita brevidade a situações desalentadoras como ocorre em São Paulo sugerimos:

Com referência à circulação:

1. Abertura de outra via de acesso ao centro, paralela e próxima da Av. Francisco Sá, com tráfego num único sentido e contrário da Francisco Sá. Duas ruas se nos apresentam com condições favoráveis a essa desobstrução: a São Paulo e a Liberato Barroso;
2. Além desta, a Beira Mar concluída, fazendo prolongamento até a Barra do Ceará. Essa avenida favorecerá o fluxo de veículos para o porto;
3. Retiradas das linhas férreas do centro urbano, com aproveitamento de seus leitos para largas avenidas. Nos cruzamentos destas avenidas com a Av. Francisco Sá construção de viadutos;
4. Abertura de várias ruas perpendiculares à Av. Francisco Sá, ligando-a a Rua Sargento Hermínio e à Av. Bezerra de Menezes, para o lado sul; na direção norte, fazendo ligação com a Av. Beira Mar;
5. Pavimentação da Av. Perimetral no intuito de evitar o tráfego de caminhões pesados por dentro do “core” e de congestionamento, além de tornar mais rápida a entrega e distribuição dos produtos industriais. Melhorar

- a pavimentação das vias transversais da Francisco Sá as quais atrairiam o fluxo circulatório, despejando-se em outras artérias;
6. Estudo preliminar para reconhecer as condições econômicas e técnicas e do possível estabelecimento de um porto na Barra do Ceará. Caso aprovado, através dele pequenas embarcações fariam contato com o porto do Mucuripe, evitando assim a circulação de caminhões pelo “core” urbano.

Melhoria relativa aos serviços:

7. Adequada iluminação pública, com luminárias modernas;
8. Ampliação de redes telefônicas, residencial e industrial;
9. Estabelecer equipamentos comunitários, exigidos pela zona, tais como: hospital, escola de diferentes níveis, ginásios esportivos etc.

Dentro de aspectos sanitários, citamos:

10. Drenagem, com galerias subterrâneas, em toda a zona, escoando as águas pluviais para o mar. Para tal, já contamos com valas abertas pela população;
11. Construção de uma rede de esgoto para atender o escoamento de águas servidas, não só das fábricas, mas das residências, dentro dos padrões mais modernos. Considere-se a necessidade da evacuação dos dejetos longe da orla marítima, para não poluir as praias;
12. Aproveitamento das áreas verdes em parques públicos, com mais arborização. Verifique-se, v.g., margens do

riacho Jacarecanga, Lagoa do Mel, alguns trechos de Monte Castelo e tantos outros que oferecem boas condições;

13. Extinção do depósito da zona, porquanto já atinge proporções alarmantes a poluição do ar e das praias próximas;
14. Ampliação do sistema de SAAGEC, a fazer face ao crescente aumento das necessidades de água;
15. Exigir dos industriais a instalação de filtros nas chaminés das fábricas, combatendo assim a poluição do ar.

Além destas medidas, outras de aspectos gerais se fazem necessárias:

16. Instalação de estabelecimentos técnico-profissionais, de nível médio e superior, para o aperfeiçoamento da mão de obra disponível na zona. Assim, o Poder Público chamaria a própria comunidade ao trato dos problemas urbanos.
17. Edafização das dunas, o que traria grandes benefícios ao público em geral e aos empresários. Esse tratamento proporcionaria maior embelezamento às praias locais;
18. Incentivo à organização operária, através das identidades de classes e socioculturais. Os conselhos de bairros já existentes contribuem razoavelmente para a solução de múltiplos problemas da população;
19. Planejamento zonal, com delimitação das áreas residencial e industrial e
20. Construção, em terrenos públicos, no mesmo bairro, de habitações para a população desalojada na desobstrução

das vias paralelas a Francisco Sá. Devem-se favorecer todas as medidas de transferência, indenização e transporte dessa população.

Creemos que, em face do alto índice de crescimento de Fortaleza, a expansão urbana requer um planejamento que evite as desproporções do crescimento anárquico. Sendo a indústria um fator de atração de população e de real importância, ela requer um adequado condicionamento da estrutura urbanística, especialmente a uma zona que participa grandemente da vida econômica do Estado.

Notação Bibliográfica

(1) Filho, Otávio Lira – “A importância do conhecimento geográfico no planejamento econômico” Boletim geográfico n° 202, pág. 62 – 1968.

Em trabalho publicado no Boletim geográfico n° 202, transcrito da Revue Belge Géographie, - 1966 – diz Jean Annaert: “ora, sendo a geografia a ciência que visa o conhecimento global – de situações concretas, tudo nos inclina a pensar que pertença a esta a Geografia Aplicada, a função de realizar o quadro completo de uma situação futura como também a missão de prever e preparar o futuro . . .” E mais adiante acrescenta: “... tudo se torna claro e o geógrafo passa a ser um dos homens capazes de prever as consequências das diversas opções possíveis. Analisando o presente com a ajuda do passado, o geógrafo pode perfeitamente analisar o futuro baseado em escolhas prévias fundamentais” (Por uma Geografia Aplicada)

- (2) Rochefort, Michel – “Um método de pesquisas das funções características de uma Metrópole Regional”. Boletim Geográfico n° 198, pág. 11 1967.
- (3) Lacoste, Yves – “Os Países Subdesenvolvidos” Difusão Europeia do Livro – 2° ed., pág. 17.
- (4) Munford, Lewis – “A cidade na história” Ed. Itatiaia Ltda. 1965 – 2° vol. Pág.581.
- (5) Wilhelm, Jorge – “Urbanismo no Subdesenvolvimento” – Ed. Saga, 4° parte – 1969.
- (6) Neves, Jorge – “Deficit Habitacional no Estado do Ceará” – Cerca de 95,8% das cidades do Ceará têm menos de 5.000 hab. na sede.
- (7) Spiegel, Murray R. – “Estatística” – cap. I.
- (8) Mota, Fernando de Oliveira – “ Manual de localização Industrial” – ETENE, BNB – 2° ed. Pág. 11 e ss.
- (9) Monografia de Fortaleza – 1970 – IBGE.
- (10) Soares, Maria Therezinha de Segadas – “A organização Interna das Cidades Brasileiras, segundo seu estágio de desenvolvimento” – Boletim Geográfico n° 203, pág. 86 – 1968.
- (11) Alexander, John W. – “Conceito básico não básico das funções econômicas urbanas” – Boletim Geográfico n°203, pág. 34.
- (12) Santos, Milton – “A Cidade nos Países Subdesenvolvidos”. Ed. Civilização Brasileira S.A 1965.

- (13) George, Pierre - “Alguns Problemas do Estudo Geográfico da População” – Visita de Mestres Franceses – IBGE.
- (14) Cardoso, Fernando Henrique – “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico”. Pág. 76 Dif. Europeia do Livro – 1964.
- (15) Rodrigues, José Albertino – “Sindicato e Desenvolvimento no Brasil” – Dif. Europeia do Livro.
- (16) CODEC – “Ceará – 3º Polo de Desenvolvimento do Nordeste”.
- (17) Romeuf, Jean – “A Empresa na Vida Econômica”.
- (18) Rochefort, Michel – Boletim Baiano Nº 4 - 1961.
- (19) Marx, Karl – “O Capital” – 3º tomo.
- (20) Parente, Prof. João José de Sá – “A Importância da Industrialização e os Obstáculos ao desenvolvimento Industrial” – junho, 1969.
- (21) “Unitário” – Jornal de Fortaleza – 11/02/1971 – “Indústria Têxtil, fábrica de loucos”.
- (22) CHESF – Relatório de 1969 – pág. 9 e 14.
- (23) Relatório da PMF – Dep. De Transporte.
- (24) Departamento estadual do trânsito – Ce. Ofício nº 153/70 de 4/12/70 – Perícias.
- (25) Lima, Luiz Cruz – “A Escola como formadora de mão de obra”.

(26) Atividades de treinamento, Planejamento e Execução – Divisão de Treinamento – 1970 – SENAI.

(27) P.M.F – SUMOV – Ofício 720/70.

(28) Correio da Manhã de 03/06/70 – Discurso de Presidente da República na posse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como Presidente de Honra.

PARTE 2

COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA INDUSTRIAL NUMA ZONA URBANA DE FORTALEZA – CE¹

1 Trabalho apresentado na “Conference of Latinamericanist Geographers”, realizada de 28 de junho a 1 de julho de 1973 na Universidad de Calgary, Alberta, Canadá.

PARTE 2

COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA INDUSTRIAL NUMA ZONA URBANA DE FORTALEZA – CE²

Luiz Cruz Lima³

Abrimos este trabalho com as palavras do economista Celso Furtado*, sublinhando o que mais de perto interessa à pesquisa ora em pauta:

O estudo do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos vem despertando crescente interesse tanto na Europa e nos Estados Unidos, como nos países do Terceiro Mundo em geral. Uma vida política independente que se inicia praticamente com a Revolução Industrial

2 Trabalho apresentado na “Conference of Latinamericanist Geographers”, realizada de 28 de junho a 1 de julho de 1973 na Universidad de Calgary, Alberta, Canadá.

3 Geógrafo. Professor da Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte-CE.

uma experiência ainda mais prolongada de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de matéria-primas singularizam esse grupo de países na hoje numerosa família das nações de economia chamada subdesenvolvida. A essas razões se adiciona uma consciência que se generaliza de que, mais que em qualquer outra área de significação mundial, é na América Latina que os obstáculos ao desenvolvimento são principalmente de natureza institucional, o que torna particularmente complexo todo trabalho de previsão relativamente à evolução da área no futuro imediato. Por outro lado, os problemas que colocam o desenvolvimento econômico em sua fase atual estão levando os povos latino-americanos a se conhecerem de forma mais sistemática e a valorizarem aquilo que neles constituem os traços de uma personalidade cultura comum.

Vale-nos ressaltar que somente nesse contato da realidade e de estudos, amadureceremos a consciência dos obstáculos ao desenvolvimento de cada região desse grande conjunto geográfico do Terceiro Mundo.

Nordeste, na linguagem de assuntos geoeconômicos, tem uma configuração semântica particular: ao invés de simples ponto colateral, define uma das manchas das desigualdades socioeconômicas do mundo: o Nordeste brasileiro. Inserido em um país onde os contrastes são marcantes e motivo de sérios estudos, haja vista os trabalhos de Jacques Lambert, de

Rodolfo Stavenhagen, de Manuel Correia de Andrade ou de Josué de Castro. A estes se associam estudos, de técnicos e de instituições culturais brasileiras e estrangeiras, que tratam de um mundo de fome crônica.

Fortaleza é uma dessas cidades onde a desigualdade e miséria são reveladoras da realidade continental. Sua estrutura urbano-funcional revela as disparidades socioeconômicas do Terceiro Mundo. Ao lado de bairros residenciais de alto luxo, favelas se acotovelam nos morros areníticos ou se implantam nos terrenos de baixo valor imobiliário – zona praieira, zona portuária, braços de mar etc.

Pirambu é um desses “bidonvilles”. É a maior favela do mundo. Em terrenos de dunas, na parte ocidental da cidade, sua população (100.000 habitantes) é superior a todas as cidades do interior do estado do Ceará, composta excepcionalmente de emigrantes do meio rural. Ao lado dele se implantou um conjunto de indústrias leves, durante as quatro décadas últimas, motivadas mais pelo preço do terreno e pela mão de obra barata.

O estudo da composição da mão de obra utilizada pelas indústrias desta zona de Fortaleza objetiva conhecer o tipo de recurso humano disponível para a atividade secundária, bem como da influência dos estabelecimentos fabris nas mudanças de comportamento do homem provinciano (5).

Fortaleza se caracteriza por ser um centro de atração de uma região de agricultura extensiva (6). Com o desenvolvimento industrial do Nordeste brasileiro, a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), essa cidade integrou-se ao processo de implantação de indústrias de beneficiamento, de objetos de uso e de bens de consumo imediato.

Dada a formação econômica da região, ressentida da falta de equipamentos técnico-educacionais e de um maior relacionamento com os grandes centros de decisão do país, a força de trabalho utilizada foi aquela provinda do campo, expulsa pela estrutura semi-feudal e pelas crises climáticas, ficando na cidade sujeita à especulação dos industriais incipientes, muitos também de origem rural e de famílias tradicionais, de inadequada mentalidade empresarial. O nível de mentalidade empresarial assume importante papel nas relações trabalho x capital em uma cidade do Nordeste.

Pela similaridade com os demais centros regionais, podemos afirmar que Fortaleza dispõe de uma mão de obra que não se diferencia da maioria das grandes cidades inseridas no contexto do subdesenvolvimento. Os elementos do subdesenvolvimento continental são bastante expressos na própria paisagem da cidade e no *modus vivendi* de seus habitantes. A Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (Sudec) tem procurado fazer levantamento e estudo acerca do grande número de favelas que dominam a capital.

Servir-nos-á Fortaleza como amostragem da América Latina?

A pesquisa, ora em análise, foi aplicada por um grupo de estudantes de Geografia, sob nossa coordenação e da Profa. Salete de Souza do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Ceará, durante os meses de maio a junho de 1971, na zona de maior concentração industrial da cidade. Dista, esta zona, apenas um quilômetro do “core” urbano. Em trabalho anterior (7), constatamos a presença de cinquenta e cinco unidades fabris de grande porte e de ramos variados, com um volume total de oito mil e oitocentos e quinze (8.815) operários.

A formação sedimentar arenítica, a posição com relação aos ventos que lhe levam os detritos poluidores para longe do aglomerado urbano, a grande facilidade funcional da área com os centros de comando da cidade, além da existência da abundância de mão de obra barata nas circunvizinhanças, elegeram esta zona como preferencial da localização de indústrias.

Utilizamos amostragem de 5%, cobrindo todo o conjunto dos ramos industriais, procurando em cada indústria atingir aleatoriamente os entrevistados. Estudamos o operário sob sete níveis, através dos quais poderíamos fazer uma avaliação de nossos objetivos.

Colhemos os dados pessoais, relativos à idade, ao estado civil e ao sexo. Em segundo lugar, procuramos conhecer a origem e formação, relacionadas com a instrução, procedência, grupo ocupacional na indústria, tipo de profissionalização. Tratamos de saber o grau de mobilidade do trabalhador em suas atividades profissionais, como o tempo de emprego, o número de empregos e sua atual residência. O quarto nível atingia a organização trabalhista, como sindicalização, associativismo e participação em movimentos grevistas. Em seguida, verificamos as relações trabalhistas: período de trabalho da fábrica durante o ano, regime de trabalho, grau de vínculo empregatício e tipo de remuneração. Além disso, fizemos um completo levantamento das condições de trabalho, como o “lay-out”, relações trabalhistas, relações humanas na empresa, horas diárias de atividades do operário. A família também motivou-nos sob a condição de relacionamento com a renda do operário, a vinculação desta com a indústria e o número de pessoas economicamente ativas.

Para tabulação e análise, classificamos as indústrias em cinco grupos: Químicas, Metalúrgicas, Têxteis, Mecânicas e um grupo de indústrias variadas. Os dois primeiros grupos dominam em número de fábricas e em total de operários. São estas as mais representativas dessa concentração industrial. No entanto, as Têxteis e as Químicas foram pioneiras na zona, desde a década de 1920.

A concentração de população originariamente rural no meio urbano acarreta comportamentos diversos, com implicações na vida econômica: necessidade de formação profissional, aplicação de recursos em equipamentos urbanos e, acima de tudo, absorção de mão de obra imigrante. A miragem das ofertas da cidade, ao homem do campo, transfere-lhe de uma economia rural pré-capitalista para um meio de relações do mercado de consumo. A transferência incontinenti força-lhe consequentes mudanças gerais, por encontrar-se numa sociedade onde a divisão do trabalho é mais ampla.

A oferta de braços para trabalhar ultrapassa a demanda. Em consequência, surge a especulação e com ela todas as implicações, entre as quais o barateamento do salário, utilização irracional da força-de-trabalho. O Banco do Nordeste do Brasil, em sua metodologia, limita em 10 anos a idade mínima para participação do grupo de pessoas economicamente ativas na região (8).

Neste centro industrial encontramos jovens com idade abaixo de 20 anos, 21,1%, enquanto 42,6% são de pessoas entre 21 e 30 anos, diminuindo bruscamente a partir desta idade. Não ultrapassa 11,0% o grupo acima de 41 anos.

Outro fato importante na atividade secundária de Fortaleza é a presença da mulher. Ela passa por grandes mu-

danças de comportamento, porquanto na vida provinciana a mulher participa apenas da vida doméstica. Notamos uma integração do sexo feminino no trabalho industrial, com maior predomínio nos grupos das indústrias Químicas, cuja técnica arcaica, como o corte de castanha de caju, não lhe exige tarefas em máquinas e especialidade. O número de mulheres, nas indústrias Têxteis e nas do grupo de variadas, equipara-se ao de homens. Elas participam de grupos ocupacionais como fiandeiro, empacotamento, embalagens, tecelagem, com predominância de tarefas manuais. Difícil encontrarmos mulheres com mentalidade tipicamente industrial, no que diz respeito à formação técnico-profissional.

A recente formação do parque industrial nordestino e o nível tecnológico das indústrias implantadas no Nordeste ainda não formaram uma mão de obra especializada de influência na divisão social do trabalho.

Com um elevado número de trabalhadores do meio rural, as indústrias locais se ressentem com problemas que afetam a produção e seu desenvolvimento. Uma das causas marcantes desses fatores negativos encontra-se no nível de escolaridade de 71,0% dos operários que não ultrapassaram os primeiros quatro anos de estudos elementares. Podemos acrescentar que o crescimento econômico dessas indústrias está submetido à desqualificação da mão de obra, porquanto 91,1% dos entrevistados profissionalizaram-se no próprio trabalho, enquanto apenas 6,0% frequentaram escolas profissionalizantes, malgrado o esforço do setor de treinamento do Serviço Nacional das Indústrias – Senai. Indústrias mais sofisticadas têm seus quadros técnicos preenchidos com operários de centros com mais experiência industrial.

A educação brasileira passa, neste momento, por uma reforma que objetiva a formação de quadros profissionais, a fim de atender o recente crescimento industrial brasileiro. Não deixará esse fato de ter grandes repercussões numa região como o Nordeste.

Com operários do meio rural, as indústrias Têxteis dispõem de 54,6% dos entrevistados; as Químicas, 43,0%; as Metalúrgicas, com 30,0% e algumas Mecânicas, 40,0%. Estes índices elevam-se abruptamente quando adicionamos trabalhadores provenientes de pequenas cidades de caráter ruralista. Muitas indagações surgem ante esta realidade.

A fuga a algumas obrigações trabalhistas, o aspecto sazonal da atividade de várias indústrias de beneficiamento criam uma sensível flutuação do emprego, cuja denúncia se expressa nas seguintes cifras: 39,8% ocupam o primeiro emprego; 29,2%, o segundo e 31,0% já mudaram de estabelecimento mais de três vezes. Esse fato também se revela no tempo em que passam no trabalho: apenas 21,9% têm mais de quatro anos na função atual, enquanto 24,9% têm apenas dois a quatro anos; 19,9%, um a dois anos e 34,4% ainda não completaram o primeiro ano de trabalho.

Nas Têxteis e nas Químicas, essa flutuação é mais significativa, dadas as condições de safra do algodão, de castanha de caju e de oiticica, cujo volume da produção agrícola não atende a demanda do mercado. Nelas, o regime de trabalho por produção e por diária é maior do que o regime de assalariamento, o que nos mostra a desvinculação empregatícia, favorecendo o índice de subemprego na área. Além disso, agrava-se o orçamento familiar, pois encontramos operários que não conseguem, em ritmo de oito horas diárias, atingirem

o teto mínimo do salário regional, Cr\$151,20 em 1971. Isso força o trabalhador a dez ou onze horas de labuta diária. Daí porque grande parte dos obreiros das indústrias de óleo só dispõe de uma hora para a refeição ao meio dia, totalizando um percentual de 66,9% dos que almoçam no próprio trabalho, no sistema de bóia-fria, pois não há refeitório na fábrica. Com estas relações de produção, cada vez mais a renda se concentra, continuando o operário participante de favelas e marginalizado do processo da sociedade de consumo. A remuneração atinge índices baixíssimos: cerca de 38,8% não chegam a perceber o salário mínimo regional e somente 10,6% percebem até dois salários. Praticamente, a metade são assalariados entre um e dois salários.

A baixa remuneração leva o operário necessitar que todos os membros da família trabalhem. Mas, nem sempre a indústria absorve a mão de obra disponível, recorrendo grande parte às outras atividades. A composição profissional da família expressa um grau de formação da mentalidade do operário, porquanto no convívio doméstico processam-se fenômenos sociológicos que oferecem aos participantes uma extensão dos valores do grupo profissional. Um operário receberá de seus convivas uma série de influência fora de sua vida profissional.

Cerca de 26,6% dos membros das famílias dos operários entrevistados trabalham na atividade terciária, enquanto 35,4% vivem do subemprego – biscateiro e outras ocupações.

Malgrado a baixíssima remuneração, muitos operários recebem penalidades, quer se atrasem no horário de entrada, quer se afastem da máquina para necessidades fisiológicas. Algumas operárias da indústria de óleo revelaram: “a fiscal tem marcação com a gente”, “trabalho muito, só falta morrer”, “bom

ou ruim tem que se conformar”, “no sábado não se trabalha, mas na semana tem que produzir a produção do sábado”. Estas operárias fazem refeição em plena via pública, por não disporem, na fábrica, de local apropriado.

Os jornais da cidade publicaram, por volta de 1968, uma revolta das operárias em uma dessas fábricas, quando chegaram a agredir chefes e patrões, embora houvesse policiamento na empresa.

As Metalúrgicas brasileiras constituem o grupo de indústrias de operariado mais consciente. As de Fortaleza não fogem à regra geral. A fixação do operário é mais longa nestas indústrias, permanecendo muitos deles durante mais de cinco anos. Predominam os operários semiespecializados, entre os quais alguns de centros mais adiantados, como Belo Horizonte e São Paulo. Apesar de residirem na zona industrial em estudo, têm suas casas em áreas afastadas de favelas, mesclando-se com a classe média, na área residencial, como na participação social e no consumo. Constituem as Metalúrgicas as mais preocupadas com a produtividade, não só procurando aperfeiçoar a tecnologia, mas tratando condignamente o profissional. Foram as indústrias com direção formada por pessoas de tradição industrial.

A história do parque industrial da cidade, como a do Nordeste, ainda se encontra em amadurecimento. A mão de obra que lhe serve ajusta-se nesse desenvolvimento imaturo. A Sudene, para incentivar o investimento de capitais do Sudeste, imprimiu uma arrancada de orientação profissional, não só para formação da força de trabalho, mas também para criar uma nova mentalidade na classe empresarial e governamental (9).

O associativismo, a consciência sindical e a participação política confirmam a imaturidade do operariado local. Face à presente situação política brasileira, os movimentos grevistas não têm eclodidos, mas em anos anteriores a 1964 e durante um curto período de abertura política no ano de 1968, os operários cearenses seguiam à jusante as ondas dos movimentos reivindicatórios de seus companheiros do Sudeste brasileiro. Somente um quarto dos operários desta zona participam de sociedades recreativas e a sindicalização não atinge 40,0% deles, sendo ínfima a participação ativa em reunião e na luta da política sindical, apenas 0,2% (10).

Será o oportunismo dos colegas “pelegos” que os afasta do sindicalismo? Ou será o desconhecimento total de seus direitos e deveres? Que forças os segregam da vida social e política?

O processo de alienação é tão elevado que muitos desses operários desconhecem o termo sindicato. Alguns afirmaram para o entrevistador: “sindicato ninguém paga, mais é o patrão quem paga”.

Outros se recusaram a responder, temendo algo que desconhecemos concretamente. Alguns afirmam que o entrevistador poderia resolver isso e os problemas deles.

Numa das indagações formuladas sobre o descontentamento no trabalho, ouvimos declarações bem variadas: “o trabalho é uma prisão contínua”, “gosto de trabalhar pelo chefe, mas pelo ganho não”, “gosto porque tou mesmo”, “é melhor que tá parado”, “emprego é muito difícil”, “eu gosto de trabalhar” e “não tou satisfeito porque o patrão não valoriza o operário”. Há o predomínio do trabalho manual com instrumentos de técnica arcaica – 63,0% assim afirmaram – o que contribui para maior cansaço do obreiro.

Algumas fábricas dispõem de modesta assistência médica. Outras nada oferecem. Quanto à prevenção de acidentes, relaciona-se com a formação profissional do operário e com a mentalidade do industrial. Cerca de 57,5% dos operários revelaram a existência de meios de prevenção contra acidentes, muitas vezes não utilizados por eles mesmos. As indústrias Químicas de produtos tóxicos não dispõem de produtos de defesa para os trabalhadores e muitas Metalúrgicas não oferecem aos trabalhadores equipamentos exigidos por lei, para evitar acidentes.

Quem tiver a oportunidade de transitar por esta zona industrial verá sempre na entrada dos estabelecimentos a placa: NÃO HÁ VAGA. Quando há necessidade de trabalhadores, filas enormes se formam nos estreitos portões. Em trabalho acima citado, declaramos que em Fortaleza, quiçá no Nordeste, trabalhar é um privilégio, bem expresso por um operário: “a gente precisa, o jeito é aguentar muita coisa”.

Dentro da concepção do operário humilde e alienado, a palavra “satisfação” tem um sentido semântico distinto da ideia do entendido pela classe média. A “satisfação” para o operário está relacionada mais com a sobrevivência do que com o bem-estar. Respostas como: “dá para viver”, “não há outro jeito”, “melhor do que nada”, “gosto de tudo” e “não sabe” refletem esta condição de vida. O “gosto de tudo” e o “não sabe” atingiram, respectivamente, 28,8% e 25,5% das respostas.

Necessitaremos de outros elementos para confirmar que nesta região trabalhar é um privilégio?

Ratifica-nos esta afirmação os seguintes dados sobre o descontentamento, revelados pelas trabalhadoras: ganhar baixo salário, 68,9%; doença provocada pelo trabalho (mas

continuam trabalhando), 5,4%; falta de perspectiva, 2,7%; falta de repouso, 1,6%; respostas variadas e sem resposta, 21,6%.

A que conclusões podemos chegar com esses dados? Serão re-veladores da realidade da América Latina ou é um caso isolado? Que fatos poderiam ser generalizados?

REFERÊNCIAS

* Transcrito do prólogo do recente trabalho publicado por Celso Furtado sobre os países latino-americanos – “Formação Econômica da América Latina”, lançado no Brasil por LIA, Editor S. A., 1969.

1 – Lambert, Jacques – “Os dois Brasis”, editado em 1967, 3ª. Edição por Cia Editora Nacional. Trata das grandes diferenças entre a América espanhola e a América portuguesa e dos contrastes entre as regiões brasileiras.

2 – Texto de Rodolfo Stavenhagen publicado em “Sociologia do Desenvolvimento”, pela Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967. Nele, o autor desenvolve o tema “Sete teses equivocadas sobre a América Latina”, posição oposta às que defendem duas sociedades em países como o Brasil, dirigindo parte de suas críticas às idéias de J. Lambert.

3 – Andrade, Manuel Correia de – “Geografia Econômica do Nordeste”, editora Atlas, 1970.

4 – Castro, Josué – “Geografia da Fome”, Editora Brasiliense, São Paulo, 1959. Estudioso profundo dos problemas alimentares do homem, dedicando nesse trabalho o que ocorre nas terras brasileiras.

5 – Para maiores esclarecimentos sobre esse assunto, dois trabalhos de Juarez Rubens Brandão são indicados: “Desenvolvimento e Mudança social”, editado em 1970 pela Editora Nacional e o outro, “Sociedade Industrial no Brasil”, lançado pela Difusão Europeia do Livro, através da Universidade de São Paulo, em novembro de 1964.

6 – A geógrafa Fany Davidovich publicou na Revista Brasileira de Geografia, ano 33, n. 2, do IBGE, o trabalho intitulado: “Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza”, onde a autora faz um estudo das relações das cidades com o espaço geográfico.

7 – Em texto preliminar, em outubro de 1971 publicamos “A indústria na zona da Av. Francisco Sá”, com a colaboração do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Ceará, resultado da pesquisa sobre a análise locacional preferido pelos empresários nessa zona ocidental de Fortaleza.

8 – Banco do Nordeste do Brasil: “Perspectiva do Desenvolvimento do Nordeste até 1980, população, mão de obra e emprego”. Redação preliminar de 1971.

9 – “Sudene Dez Anos” é um trabalho comemorativo de uma década de atividade do órgão desenvolvimentista brasileiro. Nele estão enfeixados todas realizações e contribuição da Sudene na região. A Sudene foi criada em 15 de dezembro de 1959.

10 – A respeito do assunto em pauta, o estudioso José Albertino Rodrigues lançou importante trabalho com o título “Sindicato e desenvolvimento no Brasil”, pela Difusão Europeia do Livro, em julho de 1968.



LATIN AMERICAN STUDIES

Calgary, el 30 de Junio de 1973.

La Universidad de Calgary, através de su Departamento de Geografía, agradece al Profesor Luis Cruz Lima el haber aceptado nuestra invitación para participar en la "Conference of Latinamericanist Geographers" celebrada en esta Universidad del 28 de Junio al 1 de Julio de 1973 con la exposición del tema "Composição da Mão-de-obra Industrial numa Zona Urbana de Fortaleza, Ceará".

Dr. Richard P. Momsen Jr.

Presidente del C.L.A.G.

RPM/lcl

TRIBUNA DO CEARÁ

ANO XVI - QUARTA-FEIRA, 10. DE AGOSTO DE 1973 - No. 10.961 - 20 PÁGINAS - Cr\$ 1,00

Prof. Luiz Cruz na Conferência Latino-Americana de Geógrafos

O professor Luiz Cruz, da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, participou, como único delegado do Ceará, da Conferência Latino-Americana de Geógrafos realizada de 28 a 30 de junho em Calgary, no Canadá, apresentando um trabalho sobre Fortaleza, durante as discussões de grupos para assuntos regionais.

No congresso de Calgary compareceram 109 geógrafos de diferentes países latino-americanos, tendo como organizadores principais do conclave os Drs. Momen, Gilles Lemieux, Leonie Lemieux, Paul Cox, Oud Thompson e Janet Momen. A Conferência Latino-Americana de Geógrafos é uma entidade cultural tendo o objetivo de debater e conhecer de perto os problemas da América Latina, situados no setor da Geografia.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Segundo o representante cearense, a participação do Brasil no conclave foi por demais relevante uma vez que contou com a presença de nove geógrafos além o trabalho do professor Antonio Renato Lima, da SUDEC, que seria um dos representantes cearenses, tendo seu trabalho sido apresentado junto aos demais congressistas e merecidos considerações.

O congresso consistiu de quatro sessões: Avaliação dos potenciais do desenvolvimento rural na América Latina; Recursos latino-americanos; Geografia política e desenvolvimento regional; técnicas e métodos apropriados para a América Latina; A Comunidade Britânica e o Caribe Francês são comparáveis na América Latina. Cada sessão se dividiu em tópicos, dentro dos quais eram apresentados até oito trabalhos.

O TRABALHO DO CEARÁ

Durante dois anos o professor Luiz Cruz realizou uma pesquisa na área industrial na zona da Av. Francisco Sá, em que foram destacadas as indústrias naquela zona da capital cearense. No trabalho destacam-se pontos referentes à composição de mão-de-obra dessas indústrias e uma análise da situação socio-econômica dos indústriais que compõem as empresas.

Dentre os tópicos do trabalho destacou-se "Exemplo Regional", do qual fala o autor da tese:

Via discutindo deste tópico, se apresentou uma indagação sobre a participação do governo na formação de uma mão-de-obra industrial. A recente reforma do ensino brasileiro, na tentativa de profissionalização de jovens durante o 2o. grau, além da implantação de cursos profissionais, como os do SENAI, em alguns centros regionais, serviu-nos de base para esclarecer sobre o desenvolvimento da formação de uma mão-de-obra de nível médio.

Hoje muito interesse, especialmente por parte de canadenses, ingleses, franceses, colombianos e guatemaltecos sobre nosso estado, no que diz respeito à industrialização e urbanização e ao exodo rural e a alimentação.

O inglês Paul Cox mostrou-se bastante interessado em estudar o problema alimentar do nordeste brasileiro, desde que conte com o apoio governamental.

O canadense Gilles Lemieux pretende realizar uma prospeção e avaliação das potencialidades turísticas do Ceará, no modo como fez Turisbalba, Costa Rica, apoiado pela O.E.A. Procuramos despertar a atenção deste estadista pelos inúmeros pontos turísticos de que

disponos no Ceará.

Reuben Brooks, de Tennessee, pretende em 1974 retornar ao Ceará, para dar continuidade a seus trabalhos de pesquisa e tentar formar uma equipe de geógrafos. É importante ressaltar que na CLAG este mestre apresentou um estudo sobre o Ceará.

Richard Momen, com trabalhos publicados pela SUDEC, tem nos seus planos rever o Ceará, a fim de melhor estudar esta área do Nordeste, com mais profundidade.

Em breve nosso Estado terá a honra de receber o Dr. Donald Dyer, do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Julien Dufour, da Universidade de Quebec recebeu muitos informes do Ceará e revelou sua dedicação aos estudos sobre o Nordeste Brasileiro.

Estes foram alguns dos geógrafos estrangeiros que apresentaram maior interesse em contatos conosco. Evidentemente não podemos esquecer dos ecólogos Maurício Azevedo (México) e José Esper Toledo (Guatemala), a quem já enviamos alguns trabalhos sobre o Brasil".



Luiz Cruz, representante cearense na Conferência Latino-Americana de Geógrafos, no Canadá.

PARTE 3

O PLANEJAMENTO URBANO EM FACE DO ZONEAMENTO INDUSTRIAL¹

¹ Publicado, originalmente, no Atlas Industrial do Ceará (Fiec, 1973), como comentário da folha sobre o zoneamento industrial em Fortaleza, abaixo anexado. Em seguida, foi inserido na Revista de Planejamento, Ano II n. 3 de jul/dez de 1975, da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Fortaleza (p. 119-126).

PARTE 3

O PLANEJAMENTO URBANO EM FACE DO ZONEAMENTO INDUSTRIAL²

Luiz Cruz Lima³

Absorvedores de imigrantes rurais, os centros regionais do Terceiro Mundo “incham” vertiginosamente. Local de estabelecimento de força-de-trabalho excedente, esses centros forçam-se a todo instante a continuarem com condições que lhes permitam a denominação de cidade, através da implantação de alguns equipamentos, melhoria de comunicação e pavimentação etc. Nem sempre esses investimentos públicos são regulados por um planejamento adequado às novas e emergentes necessidades.

Metrópole regional, para Fortaleza convergem população e a produção de grande área dos estados nordestinos. Por força dessa centralização da produção, surgem serviços e equipamentos complementares, imprimindo-lhe, de certo modo, mais ainda, o caráter de centro regional.

² Publicado, originalmente, no Atlas Industrial do Ceará (Fiec, 1973), como comentário da folha sobre o zoneamento industrial em Fortaleza, abaixo anexado. Em seguida, foi inserido na Revista de Planejamento, Ano II n. 3 de jul/dez de 1975, da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Fortaleza (p. 119-126).

³ Bacharel em Geografia – Professor da Faculdade de Filosofia do Ceará e da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte-Ce.

Os centros urbanos, onde a mão de obra é mais abundante e os equipamentos são mais favoráveis e aperfeiçoados, bem como para onde converge matéria-prima da Região, induzem para a atividade industrial.

É inegável o avanço da economia industrial no espaço da capital cearense nesta última década. Em 12 anos triplicou o número de estabelecimentos industriais: das 1.259 indústrias cadastradas na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, em 1973, 798 encontravam-se em Fortaleza. Por outro lado, em 1966 as indústrias ocupavam 20.000 pessoas, passando a empregar em 1973 mais de 32.000.

Como a indústria é uma atividade de larga repercussão, Fortaleza acerca-se, cada vez mais, de uma complexidade de problemas, por não estar em um espaço convenientemente preparado para o desenvolvimento industrial. Aguçá-se mais a problemática urbana, dada a orientação locacional espontânea.

Já se denunciam indícios de poluição do ar e da água, já é dramática a circulação em certas zonas de tendência industrial, já impede o desenvolvimento econômico a falta de condições gerais dessas zonas. A relação indústria-cidade exige uma revisão, sob pena de brusco abalo no panorama global de Fortaleza.

ZONEAMENTO INDUSTRIAL DE FORTALEZA

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará, através do Instituto Euvaldo Lodi, definiu sete zonas

industriais em Fortaleza. Tomamos, aqui, comentário por nós feito para o Atlas Industrial do Ceará (FIEC, 1974).

“As indústrias do município de Fortaleza acham-se por demais dispersas, embora algumas concentrações, como a da Avenida Francisco Sá, se apresentem como áreas industriais. A par duma metodologia baseada nos princípios da Geografia, identificamos sete zonas industriais em Fortaleza, embora apenas a zona acima citada apresente elevada densidade de estabelecimentos, com aproximadamente sessenta grandes fábricas e um elevado número de operários. Levando em consideração as pequenas indústrias, é a zona central a de maior densidade, com 222 estabelecimentos no pequeno quadro de *core* urbano.

A dispersão das indústrias no espaço fortalezense corresponde à disponibilidade, em diferentes áreas da cidade, de elementos das forças de produção e de equipamentos urbanos ligados à indústria, tais como escolas técnicas, porto, zonas residenciais das classes média e baixa.

A zona I estende-se numa área, em torno do eixo da Avenida Francisco Sá, que ocupa (oeste a noroeste de Fortaleza) os bairros de Jacarecanga, Álvaro Weyne, Vila Ellery, Barra do Ceará, Pirambu e Vila Velha. É a mais antiga e a de localização mais favorável à comunicação com centro de serviços e onde as indústrias mantêm uma maior aproximação industrial. A implantação de algumas fábricas e oficinas nesta zona despertou, na terceira década deste século, o surgimento de núcleo habitacional de crescimento espontâneo, gerador do atual Pirambu, maior reserva de mão de obra de Fortaleza. Por sua posição aos ventos dominantes não contribui para poluição de outras áreas, embora nestes bairros são notórios o odor e a fuligem expelidos pelas chaminés. Instalaram-se nesta zona,

muito recentemente, equipamentos como o SENAI, Hospitais, SESI, Centro comunitário, Escolas Médias, além de núcleos comerciais como o de Carlito Pamplona, surgidos para atender ao consumo da população local.

Nesta zona predominam as indústrias Alimentares, as Metalúrgicas, as de Calçado e Vestuário, Químicas e Têxteis, atingindo estes cinco gêneros 65,23% do total das fábricas aí existentes. De grande porte são as indústrias de óleo, as metalúrgicas e as ligadas ao couro e peles.

Espalha-se pela parte central da cidade uma gama de pequenas indústrias, muito ligadas ao abastecimento do comércio e da população que se desloca para o centro comercial. Essa é a Zona II. Apesar das centenas de fábricas, elas não têm grande expressão na paisagem, porquanto se escondem por trás de lojas, casas de merendas ou situadas em antigos prédios residenciais. As Gráficas, as Alimentares, as de Calçados e Vestuário, Mobiliário e Diversas perfazem 75% dos 222 estabelecimentos desta zona.

Ocupando o restante da linha de frente da parte litorânea, a zona portuária representa uma das importantes áreas da cidade. Ocupa os bairros das Praias de Iracema e Meireles, Aldeota, Dionísio Torres, Mucuripe e Estância. A Zona III estende-se da orla marítima até a Av. Pontes Vieira, como o prolongamento da Av. Isaac Amaral, na parte nordeste da cidade. Favelas esparsas entremeiam-se pelas áreas ocupadas por residências luxuosas e por sobre as dunas vivas do Mucuripe. Nesta zona de recreação e residencial por excelência, o porto define-lhe um trecho bem delimitado com muitos depósitos, moinhos de trigo, indústrias ligadas a matérias-primas importadas, como petróleo e a farinha de trigo, ou a produtos para

a exportação, como a lagosta. As Alimentares, as de Madeira, Produtos Extrativos Minerais (salinas), Químicas, Calçados e Vestuário, Editorial e Gráfica representam 72,43% do total. Participam dos 27,57% restantes nove diferentes gêneros. Nesta zona está uma das grandes indústrias Alimentícias do Ceará, a Fábrica Fortaleza.

A zona IV abrange o grande espaço sudeste da cidade, onde estão os bairros São João do Tauape, Joaquim Távora, Alto da Balança, Dias Macedo, Santa Luiza do Cocó e o Distrito de Messejana. Grande parte dessa área urbana está ocupada por favelas, onde se acumulam imigrantes do meio rural, principalmente da região sul do Estado, dada a influência da BR-116 que por aí penetra em Fortaleza. Dezenove indústrias de produtos alimentares e de madeira dominam nesta zona, contribuindo com 39,58% do total dos estabelecimentos ligados ao mercado local, geralmente formados por serrarias, padaria e por renovadoras de pneus. Não se caracteriza como zona industrial, principalmente pela dispersão e pelo porte e tipo das indústrias nela situadas.

Do ponto-de-vista de situação urbana, a zona IV é favorecida pela BR-116 e pela Ce-4 e ainda pela Perimetral. Dispondo de vários centros comerciais e de serviços (Messejana, Joaquim Távora, Aerolândia) é densamente povoada em vários trechos. Estando à barlavento, contribuiria sensivelmente para poluir a cidade se aí fossem implantadas muitas indústrias, porquanto os ventos do sudeste carregariam os fluídos das chaminés para cima das zonas residenciais, além dos detritos escoarem para os talvegues que vão ter no rio Cocó, prejudicando, por certo, as salinas e praias a jusante.

Ao lado desta, outro grande espaço forma a zona V, no conjunto sudeste de Fortaleza, com os bairros da Paranga-

ba, Rodolfo Teófilo, Jardim América, Damas, Vila União, Bela Vista, Montese, Pici, Aeroporto e Mondubim são seus centros dinâmicos. Sem áreas alagadiças, embora algumas lagoas lhe enfeitem a paisagem, nesta zona 141 estabelecimentos distribuem-se com 19 gêneros: Alimentares, 22,69%; Calçados e Vestuário, 14,89%; Minerais não Metálicos, 12,05%; Têxteis, 9,92%; Mobiliário, 9,21%; e outros 14 gêneros com 31,24%. A predominância das Alimentares nos revela o mercado consumidor dos produtos de vestuário de padarias, de doces, confeitarias. O que sobressai nesta zona é a presença de 1/3 das 90 indústrias de produtos de vestuário de Fortaleza, utilizando, na maioria, mão de obra feminina, predominantemente em Fortaleza. Mais de 1/3 da de Minerais não Metálicos da capital também estão nessa zona, aproveitando as manchas de argilas, às margens do Rio Siqueira que lhe corta de N/S, com alguns meandros, e de diatomita dos pequenos lagos residuais espalhados nesta área de Fortaleza.

De Monte Castelo a Antônio Bezerra (antigo Barro Vermelho) temos um corredor entre os limites da zona de Parangaba (V) e a da Francisco Sá (I), formando a zona VI, tomando, além dos bairros acima citados, os de São Gerardo e Padre Andrade. Embora com apenas 69 indústrias, seu espaço territorial é muito reduzido, principalmente considerando a grande extensão que lhe toma o Campus Universitário da Universidade Federal do Ceará. Favorece-lhe o crescimento demográfico a BR-222 que aí penetra na capital. Esta rodovia e a presença do Quartel da Polícia Militar contribuíram para o surgimento de habitações das classes média e baixa, ao longo da estrada. Até uma década após a II Grande Guerra era área suburbana. Com a abertura da perimetral e a presença de algumas indústrias de óleo, passou o bairro de Antônio Bezer-

ra a integrar o quadro urbano da capital, hoje como distrito. Seu crescimento atual em função da rodovia tende a conurbar Fortaleza com o município de Caucaia. Três são seus gêneros predominantes: Alimentar: 21,21%; Vestuário; 15,15%; Mobiliário, 12,12%. Treze outros gêneros formam as 34 demais indústrias. A paisagem já se revela com tendência à zona industrial, como a da Av. Francisco Sá.

Finalmente o setor do Benfica – Zona VII – o menos expressivo, não somente pelo total de indústrias (64), mas pelas implicações destas na paisagem. Historicamente zona residencial, absorvendo posteriormente o primeiro centro universitário de Fortaleza revela-se com expressividade três gêneros: Alimentares, 14; Vestuário e Calçado, 10 e Mobiliário com 8 fábricas, que representam 21,21%; 15,15% e 12,12%, respectivamente. Os treze outros gêneros englobam as demais, sem grande expressão na paisagem tanto pela dimensão reduzida dos estabelecimentos, como pela movimentação de transporte e distribuição espacial bastante dispersa.

Em síntese, o que se pode deduzir preliminarmente é que:

1. Apenas quatro zonas apresentam-se com relativa influência industrial: Francisco Sá, Parangaba, Antônio Bezerra e zona Portuária;
2. A Av. Francisco Sá forma uma zona industrial espontânea que, organizada pelo poder público, tornar-se-á um excelente núcleo industrial da cidade e
3. Somente oito gêneros industriais se destacam no total das sete zonas: Alimentares (em todas), Editorial e Gráfica (II), Vestuário e Calçados (I, II, V, VI e VII), Têxtil (I e V), Mobiliário (II, III, V e VII), Metalúrgicas (V) e Diversas (I).

A ZONA INDUSTRIAL DA AV. FRANCISCO SÁ

Das sete zonas industriais de Fortaleza, é a zona I a que mais concentra indústrias de médio e de grande porte. Tratando-se de uma zona localizada próximo ao centro de serviços da cidade e dispondo de terrenos baratos, além da vizinhança da mão de obra, ela dispõe dos fatores para crescer cada vez mais. Por outro lado, num exame feito por nós em 1971, requer a área uma maior preocupação por parte do poder público, dados os problemas provindos dessa preferência locacional pelos empresários locais.

A zona industrial da Av. Francisco Sá está situada a noroeste de Fortaleza, no lado oposto a do porto do Mucuripe. Ocupa grande parte dos bairros: Álvaro Weyne, Sto. Antonio da Floresta, Barra do Ceará, Carlito Pamplona, Colônia, Nossa Senhora das Graças e Japão. Assenta-se na planície costeira, sem cotas muito destacadas, observando-se, no entanto, pequenos trechos que atingem até 30 m. A ocupação do solo com habitação tem impedido a movimentação das dunas. A crescente urbanização tem drenado deficientemente riachos e lagos, causando alagamentos no período chuvoso. A maior parte das águas pluviais escoam ainda pelos poucos riachos que restam (Barra do Ceará e Jacarecanga) a procura do mar ou em direção às lagoas João Lopes, Funda e Mel. A porosidade do terreno arenoso facilita a percolação e o “runoff” das águas pluviais se faz quando os terrenos já estão encharcados.

Dadas as condições do subsolo de depósito arenoso eólico com uma profundidade média de 10 m sobre formação barreira, o aquífero oferece água em abundância. Somente próxima à Barra do Ceará a vazão é baixa.

A localização das indústrias nessa área, de certo modo, favoreceu a população de Fortaleza pelo condicionamento da posição geográfica em relação aos ventos predominantes – SE a NO – variando de 130° a 110° o que faz com que os gases expelidos pelas chaminés sejam carregados em direção contrária a cidade. Com a progressiva ocupação, a cobertura vegetal está cada vez diminuta. A edafização, na orla marítima, ainda não foi capaz de impor-se para estabelecer uma paisagem vegetal, fenômeno que exige uma ação por parte do poder público.

Malgrado a expressiva concentração industrial, os serviços não acompanham o crescimento industrial, acarretando um maior agravamento dos problemas sociais. Mais deficientemente está a parte de infraestrutura básica, especialmente a rede de esgoto de água.

Embora com múltiplos problemas urbanos, advindos do próprio desenvolvimento industrial, esta área vem a cada instante sendo preferida pelos empresários, elegendo-a como uma área de expressão industrial.

As primeiras indústrias instaladas nesta zona foram a Fábrica Philomeno Gomes, em 1926, a Indústria Têxtil José Pinto do Carmo, em 1927, e as oficinas dos Urubus (RVC) em 1928. Esta última teve aí sua localização graças à doação de um terreno por uma família tradicional, no antigo bairro Floresta, hoje Álvaro Weyne; a Filomenos Gomes instalou-se à margem do riacho Jacarecanga, estabelecendo um parque têxtil e de manufatura de cigarro (Mark); nas proximidades da linha férrea sul, cruzamento com o único caminho que ia à Barra do Ceará – atual Francisco Sá – estabeleceu-se a conhecida Fábrica José Pinto do Carmo, em terreno pertencente à própria família. Esta indústria deu nome ao logradouro, onde se implantou. Al-

guns anos depois, em frente à José Pinto do Carmo, veio instalar-se a indústria da família Cortês (atual Fábrica Machado), a primeira servida internamente por linhas de trens. Outras indústrias vieram paulatinamente ocupando a zona e em 1949 se encontravam seis unidades fabris. A partir desta data houve uma ascendência na curva de implantação industrial, o que coincidia com o rápido aumento populacional da cidade.

Durante o surgimento das primeiras indústrias, a população era atraída vagarosamente e os próprios industriais construíam as moradias dos seus operários mais permanentes, devido a escassez de mão de obra. Assim nasceram a Vila São José (Filomeno Gomes), o conjunto José Pinto do Carmo e a Vila dos Ferroviários. Os menos especializados e mais modestos levantavam seus barracos nos areiais com palhas de coqueiro e caixões das embalagens de máquinas vindas da Inglaterra para as indústrias de então.

Pouco a pouco, intensifica-se a concentração demográfica da favela, em torno do pequeno núcleo industrial que aí surgia. A eclosão das duas grandes guerras e os programas políticos e econômicos favoreceram a expansão industrial do país e da região nordeste, através da implantação de indústrias de caráter substitutivo, o que muito contribuiu para a imigração na cidade de população sertaneja. Pelas condições de desvalorização dos terrenos arenosos de dunas não edafizadas, era o antigo Pirambu o receptor dos imigrantes.

Fortaleza, nas primeiras quatro décadas deste século, delimitava-se para oeste até a atual Praça Gustavo Barroso, de tal modo que os bairros a partir de Jacarecanga formavam o perímetro urbano da pequena cidade e para lá descarregava-se aquilo que pudesse contaminar o ar e as águas ou sujar as vias

públicas, pois o serviço público era na época mais rudimentar do que hoje. Além disso, aquela zona oferecia as melhores condições para a implantação de indústrias: boa drenagem natural, ventos favoráveis, regular proximidade do centro, terrenos a preços módicos e, acima de tudo, a possível localização do porto na Barra do Ceará.

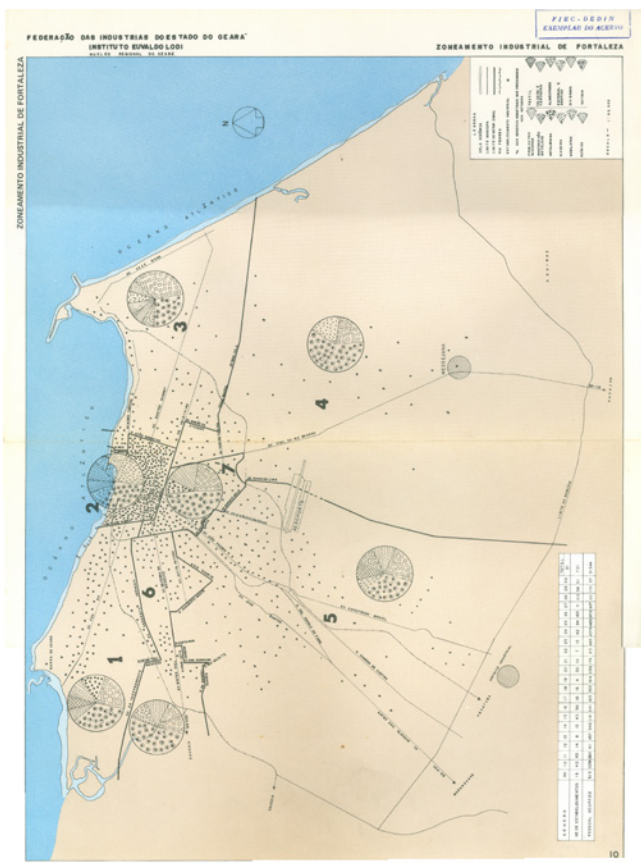
A crescente preferência desta área por parte dos empresários é atestada num exame feito da implantação de indústrias no Ceará, maio de 1969, dos 103 projetos aprovados para o Ceará, 23 destinaram-se a estabelecimentos da Av. Francisco Sá, correspondendo a 19,8% do total de uma oferta de 4.555 empregos diretos, ou seja, 29,1% do total oferecido para todo estado, equivalendo a uma média de 193 por indústria. Esses dados evidenciam a importância desta zona industrial, onde se concentra um grande volume de capital e de atividades produtivas que carregam uma quantidade considerável de tributos para os cofres públicos, merecendo, com isso, maior atenção do poder público a problemática existente na zona.

ORIENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO

Em se tratando de indústria, o planejamento urbano dispõe de algumas alternativas, dentre as quais sobressaem duas: criar Distrito Industrial e/ou induzir os industriais a não preferir certas áreas que possam agravar a problemática urbana.

Fortaleza implantou um Distrito Industrial que não tem sido preterido pelos industriais, por razões que não cabe neste trabalho entrar minúcias. O empresário local critica o Distrito Industrial (DI) por sua localização e condições de infraestrutura e mão de obra. Diante disso não podemos considerar Fortaleza cidade com DI.

Já vimos que quatro áreas têm tendências a zonas industriais: Zona Portuária, Antônio Bezerra, Parangaba e a própria Francisco Sá. Destas duas, oferecem sensível perigo à vida da cidade: a portuária e a da Parangaba. Se a Francisco Sá se expandir pela Av. Perimetral poderá ligar-se a de Antônio Bezerra, formando um só conjunto, na parte oeste da cidade. No momento já temos índices de vários problemas decorrentes da localização das indústrias do porto e de Parangaba, tendente a aumentar mais ainda, pois a direção do sistema de drenagem e dos ventos dominantes contribui para carrear gases e detritos para zonas residenciais e de recreação. Como a Zona da Av. Francisco Sá oferece melhores condições, o planejamento urbano pode evitar a expansão das indústrias nessas duas zonas, corrigindo as deficiências da Zona de maior preferência dos empresários, mediante um estudo mais aprofundado que venha orientar o planejamento em face do zoneamento industrial de Fortaleza.



ANEXOS

FOTOS

**REGISTRO DE 1970 DA ZONA INDUSTRIAL
DA AV. FRANCISCO SÁ, EM DIFERENTES
ASPECTOS**



Entrada principal da Zona Industrial da Av. Francisco Sá, esquina com a Av. Filomeno Gomes.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Av. Francisco Sá com Rua Dr. Theberge.
Principal centro de atividade comercial da zona.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Trecho da Av. Francisco Sá de maior concentração de indústrias.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Carreta da Prefeitura atravessando trecho da Av. Francisco Sá entre duas indústrias.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Tráfego da Av. Francisco Sá.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Ônibus de uma das inúmeras linhas que servem a zona industrial.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Operários Metalúrgicos esperam a hora da entrada do segundo expediente. Av. Francisco Sá, Fortaleza.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970



Operárias entrevistadas. Observe algumas com marmita. Av. Francisco Sá - Fortaleza .

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970



Operários na entrada do Serviço de Alimentação da Previdência Social-SAPS, na Av. Francisco Sá.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Operários retornam. Av. Francisco Sá, Fortaleza.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970



Chaminé da antiga fábrica J. Pinto do Carmo (Fechada).

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Chaminé de Cajubral

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Depósito de lixo ao lado de algumas fábricas próximas à barra do Ceará.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970



Canal de Jacarecanga que serve de escoamento de águas servidas de três indústrias

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



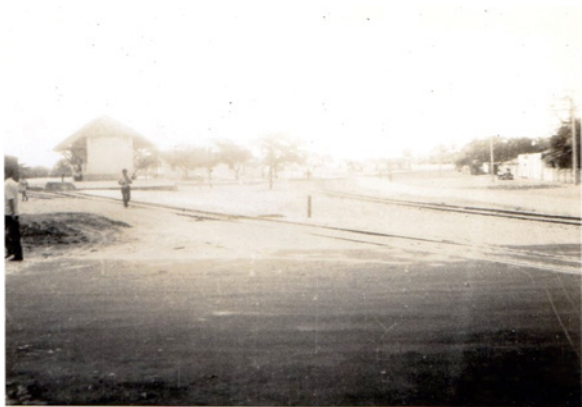
Canal de Jacarecanga
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Criança a cata de objetos no Depósito de Lixo da Barra do Ceará.
Fonte: Luiz Cruz Lima, 1970



CARTA DE FORTALEZA EM 1960. A ZONA DA AV. FCO. SÁ ABRANGE A PARTE NOROESTE CORRESPONDENTE ÀS ZONAS DE NÚMEROS 21 E 22.



Cruzamento do Ramal Ferroviário da Linha Norte com o Ramal das Oficinas da RVC - Estação Álvaro Weyne.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Nível Ferroviário - Linha Sul - cortando a Av. Francisco Sá.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Tráfego da Av. Francisco Sá no Nível Ferroviário - Linha Sul.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Nível Ferroviário - Linha Sul
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



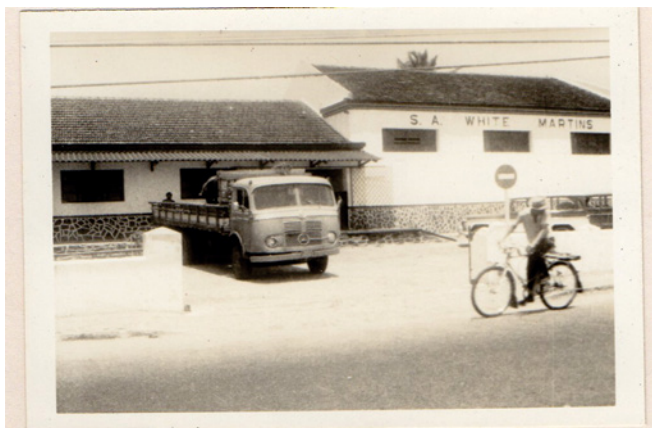
Fachada Externa das Oficinas do Urubu - RVC, Av. Francisco Sá.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Entrada das oficinas do Urubu - RVC, Av. Francisco Sá.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Av. Francisco Sá cortando a fábrica de móveis Ângelo Figueiredo.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Fachada Parcial da S. A. White Martins, Av. Francisco Sá.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Av. Francisco Sá cortando a Brasil Oitica S.A.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Vista Geral da Nova 'CONAC' - Calçados Vulcanizados.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Vista Parcial da Fábrica de Meias Status - Av. Francisco Sá.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Entrada da Fábrica Indoil - encampada pela Alumínio Ironte, Av. Francisco Sá.

Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Vista geral da Tecnorte - Av, Francisco Sá.
Foto: Luiz Cruz Lima, 1970.



Vista aérea do cinpelco - Barra do Ceará.
Fonte: Luiz Cruz Lima, 1970.

ÁREA DA REGIONAL I

1º polo industrial esvaziado dá espaço a novas atividades



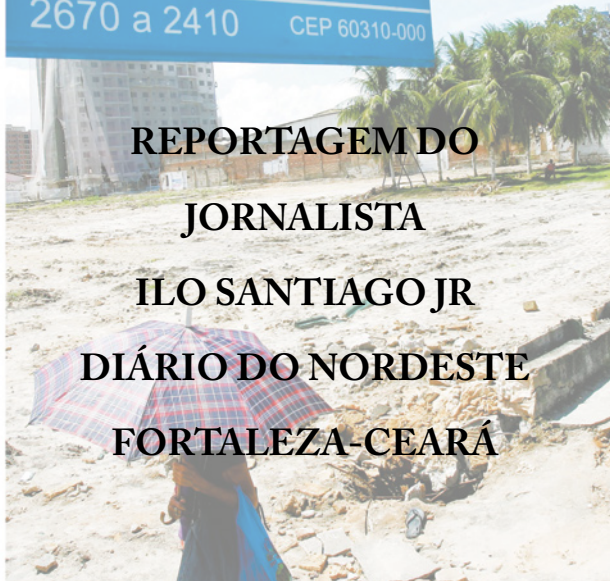
Em quase nove décadas, a região entre o Centro de Fortaleza e a Barra do Ceará passou por várias transformações. De primeiro polo industrial do Estado, seguido de um período de esvaziamento, o local voltou a prosperar. Atualmente, em vez de fábricas, vieram o comércio, os serviços e principalmente o avanço imobiliário. Nesta primeira parte de uma série de reportagens, personagens contam essa história, um pedaço importante do desenvolvimento da economia cearense

Leia mais nas páginas 2, 4, 7A, 10 e 11

**REPORTAGEM DO
JORNALISTA**

ILO SANTIAGO JR

**DIÁRIO DO NORDESTE
FORTALEZA-CEARÁ**



DIÁRIO DO NORDESTE -

Domingo, 17 de junho de 2012

ILO SANTIAGO JR.

1º POLO INDUSTRIAL ESVAZIADO DÁ ESPAÇO A NOVAS ATIVIDADES

Em quase nove décadas, a região entre o Centro de Fortaleza e a Barra do Ceará passou por várias transformações. De primeiro pólo industrial do Estado, seguido de um período de esvaziamento, o local voltou a prosperar. Atualmente, em vez de fábricas, vieram o comércio.

Os serviços e principalmente o avanço imobiliário. Nesta primeira parte de uma série de reportagens, personagens contam essa história, um pedaço importante do desenvolvimento da economia cearense.

APÓS NOVE DÉCADAS

CONSTRUÇÕES EM VEZ DE FÁBRICAS

Como passar dos anos, a maior parte dessas companhias procurou melhores condições em outra zona industrial (Maracanaú) A área ia muito além dos limites da avenida, pois

era delimitada em 280 hectares, sendo 30% do espaço ocupado pelas empresas

Era uma vez um bairro de casarões (Jacarecanga), recheado pela nata de uma cidade em franco desenvolvimento (Fortaleza). Em virtude dessa pujança (do ciclo econômico do algodão, principalmente), passaram a vir as primeiras fábricas. Para não perturbar o sossego da aristocracia fortalezense da época, as indústrias começaram, então, a ser implantadas no sentido Oeste, em uma via – Estrada do Urubu, que margeava a linha norte da estrada de ferro –, depois do bairro nobre. Somente dessa forma os ventos soprariam a fumaça das chaminés para longe daquelas suntuosas construções. Só que o número de empresas aumentou exponencialmente. A estrada virou rua, e, depois, avenida (Francisco Sá), em homenagem a um ex-presidente daquela província (Ceará). A concentração das empresas atraiu uma massa trabalhadora ávida por ocupação, mas também espantou as famílias ricas para outros locais (Aldeota, Praia de Iracema e Gentilândia – hoje, Benfica). Com o passar dos anos, a maior parte dessas companhias procurou melhores condições em outra zona industrial (Maracanaú).

Suas imensas áreas ficaram abandonadas por anos (algumas ainda estão). No entanto, de uns tempos para cá, percebe-se lampejos de mudanças. Onde antes havia o que restou de uma fábrica, nasce um condomínio residencial, um prédio, um conjunto de casas populares. No lugar de um galpão abandonado, encontra-se um supermercado, uma loja de eletroeletrônicos ou depósitos de companhia em expansão. O vazio está sendo ocupado, desta vez, pelo fluxo do comércio, serviço e mercado imobiliário.

Trajetória

Esta é a trajetória – resumida, é claro – dos 86 anos do primeiro Polo Industrial do Estado do Ceará. Uma área que ia muito além dos limites da avenida, pois era delimitada em 280 hectares, sendo 30% deste espaço efetivamente ocupado pelas empresas integrantes do que se convencionou chamar Zona Industrial da Francisco Sá ou Distrito Industrial de Fortaleza (DIF 1). Apesar da importância histórica dessa região para a economia cearense, existem poucos estudos sobre o tema.

Tempos áureos

O Diário do Nordeste teve acesso a documentos e imagens daqueles tempos áureos. O jornal, todavia, não se limitou a isso. Foi mais além e procurou ouvir os ex-funcionários, que continuam residindo perto das indústrias. As mesmas que, num certo dia, ao fechar as portas, deixaram um aperto em seus corações muito parecido à perda de um familiar bastante amado.

Esmiuçar com todo esse processo aconteceu (e continua ocorrendo); procurar entender as transformações nesses quase 90 anos de atividade industrial naquele zoneamento; e desenhar o que poderá vir com a transformação imobiliária que vem se dando naquele pedaço da 4ª maior cidade do Brasil. Esses são alguns dos desafios que instigaram a realização dessa reportagem.

ZONA INDUSTRIAL DA FRANCISCO SÁ

PRIMEIRA OPORTUNIDADE DE EMPREGO

Antigo funcionário da Cibresme, que existia na região, recorda do local que lhe abriu as portas do mercado de trabalho

Fooooommm!!!. Causava estridor aquele som renitente. Chegava a ser doloroso aos tímpanos, principalmente para quem estivesse perto da sirene. Porém, muito desejado. Era o que de melhor ocorria, na verdade, todo santo dia, nos fins de tarde, pontualmente, para centenas de operários que trabalhavam nas empresas localizadas na Zona Industrial da Francisco Sá. Chegava a soar (estranhamente) como música aos ouvidos. “Era a hora de voltar para casa”, recorda o aposentado Antônio Lauri Matos, sem esconder o desejo de voltar àquele tempo, nem que isso fosse possível por um mísero instante. O ex-montador da extinta Companhia Brasileira de Estruturas Metálicas (Cibresme), localizada no bairro Tirol, trabalha hoje como porteiro em um prédio de luxo na Aldeota. Mas, diariamente, quando retorna ao lar tem o desgosto de passar em frente à antiga fábrica, que lhe oferecera, um dia, a primeira oportunidade de um bom emprego. “Tinha carteira assinada. Era próximo de casa. A gente viajava muito para montar as estruturas metálicas. Ganhava diária e até hora-extra”, revela, depois de quatro décadas, defronte ao mesmo portão de entrada que lhe abriu as portas para o mercado de trabalho. Nada mal para um garoto inexperiente, de apenas 20 anos de idade, vindo do Interior do Ceará.

Tempos difíceis

Ele conta que aqueles tempos eram difíceis para alguém do perfil dele que queria arranjar uma ocupação. “Agradeço a chance que me deram. Isso aqui (aponta para a ex-empresa) foi muito mais do que um emprego. Foi a grande escola da minha vida. A gente vivia fazendo cursos. Fui maçariqueiro, soldador e caldeireiro”, diz, ressaltando que dez anos depois, já com uma bagagem profissional, foi trabalhar em outra indústria próxima, a Hispano Estruturas Metálicas Ltda, localizada na própria Avenida Francisco Sá. “Lá, foi muito bom. Ganhei muito dinheiro. Comprei minha casa própria”, acrescenta.

Era comum, segundo o estudo realizado pelo professor Luiz Cruz Lima, uma alta rotatividade desses operários. “Havia grande mobilidade de trabalhadores. Alguns passaram por mais de duas empresas na área. Outros voltaram para a mesma duas ou até três vezes”, revela Cruz, em trecho do levantamento.

Lauri, morador antigo do Tyrol comenta ter ficado triste em assistir à decadência do antigo polo industrial do Estado. Contudo, apoia o avanço do mercado imobiliário na área. “Antes esses locais estavam repletos de marginais. Claro que ainda tem violência, só que a chegada desses comércios, supermercados, prédios e conjuntos tem reduzido a malandragem”.

De acordo com os moradores, onde funcionava a Ciresme, existe, hoje, um depósito de grande porte da Farmácia Pague Menos. A Hispano deu lugar a uma loja de eletroeletrônicos. A empresa se mudou para Maracanaú, destino de boa parte das fábricas que antes funcionavam na região.

Má administração foi determinante

O autônomo Tomaz Gomes de Sousa Lúcio, de 57 anos de idade, tinha 35 a menos quando iniciou na função de planejador na Cibresme. Na opinião dele, o descontrole na gestão da empresa foi crucial para a derrocada de um patrimônio gigantesco de uma das mais importantes companhias do Ceará e do Brasil no setor de estruturas metálicas. “Era uma empresa grande, espalhada por todo o Brasil, com sede no Ceará, no bairro Tirol, ali perto da Avenida Francisco Sá. Produzia tampas de aço, chaminés, chapas, escadas helicodais. É uma pena ter acabado”.

Furtos

Tomaz conta que a companhia sofreu demasiadamente com problemas de furto de pessoas que trabalhavam na Cibresme em vários estados do País. “As máquinas caríssimas eram levadas. Foi um problema sério, que deu um desfalque grande nas contas”, relata.

Casamento na Bahia

Se não fosse esse emprego, Tomaz não teria conhecido a esposa, e não teria constituído família com ela. “Eu já tinha experiência de ter passado pela Siqueira Gurgel, que era ali pertinho. Em pouco tempo, fui promovido para gerente. Eles me mandaram para a Bahia. Lá, conheci minha mulher e nasceram meus filhos”, fala, com a plena consciência da interferência positiva da empresa na vida pessoal dele.

PARQUE FABRIL DEMOROU A CHEGAR E A SE ESTABELECER

Ao longo dos anos, diversos foram os fatores que levaram à consolidação daquela zona industrial.

A Avenida Francisco Sá foi sim o Primeiro Polo Industrial do Estado. Mas é um engano pensar ter sido lá o local onde se instalara a pioneira das companhias cearenses. Demorou muito mais do que se imagina para aqueles lados serem descobertos. Foram mais de quatro décadas desde a instalação, em 1883, da “Fábrica Progresso de Tecidos e Algodão”, dos irmãos Thomaz e Antônio Pompeu, no Centro da Cidade; até a chegada à antiga Estrada do Urubu, em 1926, do empreendimento de Pedro Philomeno Ferreira Gomes e das famílias Frotta e Siqueira, que, depois passaria a se chamar “Fábrica de Tecidos São José”. Aberta a porteira, vieram logo após, em 1927, a “Indústria Têxtil José Pinto do Carmo”, e, no ano seguinte, a Oficina do Urubu, da Rede Viação Ferroviária (RVC).

Via férrea ajudou

A via férrea, aliás, foi uma das razões do despertar daquela região para a atividade industrial. Em segundo lugar, os custos logísticos caíam expressivamente com um número maior de companhias localizadas em uma mesma rota de entrega, além, é claro, de abundância de mão de obra na região. Esta só crescia, apesar, evidentemente, de não haver qualificação suficiente para operar máquinas modernas para a época. Ademais os terrenos eram grandes e de baixo valor, sendo localizados a uma relativa proximidade do Centro da Cidade, onde havia bancos, escritórios de advocacia e outros serviços estratégicos

para o segmento. Outro fator importante chega a ser curioso. Aquilo que seria o futuro parque de indústria de Fortaleza deveria ficar depois do bairro Jacarecanga, sentido Centro – Barra do Ceará, por uma simples explicação. Os ventos levariam o barulho e a fumaça produzida pelas fábricas na direção do mar, sem incomodar, assim, a tranquilidade dos alencarinóis de melhor poder aquisitivo que tinham erguido seus palácios no bairro, justamente a procura de refúgio do aumento do fluxo de pessoas e chegada de comércios e empresas no Centro.

O geógrafo e professor emérito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Luiz Cruz Lima, em sua pesquisa “A Indústria na Zona da Francisco Sá” explica como se deu essa expansão da Cidade. “A localização das indústrias nessa área, de certo modo, favoreceu a população de Fortaleza, pelo condicionamento da posição geográfica mais conforme, com ventos predominantes no sentido SE- NO, variando entre 110° e 130°, e que faz os gases expelidos pelas chaminés serem carreados ao Oceano. Não atingindo áreas residencial e comercial”, chegou a definir trecho do estudo, publicado em 1974 e disponível na biblioteca da Federação das Indústrias do Estado do Ceará . Prestes de completar 40 anos, o levantamento impressiona pela atualidade, sobretudo, dos problemas que o segmento passa hoje em dia, e que tiveram de ser superados, ainda naquela época, pelos primeiros desbravadores do setor no Ceará. “O crescimento de Fortaleza não obedeceu a orientação de um plano físico diretor. A localização das estruturas urbanas de forma espontânea é geradora de inúmeros problemas”, dizia um dos trechos do estudo.

Infraestrutura precária

Os terrenos eram grandes e de baixo valor, sendo localizados a uma relativa proximidade do Centro da Cidade, com vários serviços. A abertura de ruas, pavimentação e até construção de casas para operários ficavam por conta dos proprietários das empresas

De fato, a infraestrutura criada pelos próprios empresários foi precária. A água era boa, mas tinha que ser retirada de poços profundos, bancados pelos industriais. Segundo a Saagec (empresa responsável pelo abastecimento na época), “para fabricação de seus produtos qualquer água servia”. Também havia gastos elevados com geradores para manter a atividade industrial, por conta do inconsistente serviço de energia. Além disso, abertura de ruas, pavimentação, colocação de tubulações para fazer a drenagem das águas servidas, e até construção de vilas de casas para operários ficavam por conta os proprietários das empresas.

Por isso, era necessário bastante dinheiro para se instalar na área. O que explica um segundo período demorado, aproximadamente mais outras duas décadas, para que a zona industrial se consolidasse.

EMPREGADOS LAMENTAM O FIM DE NEGÓCIOS

Ex-funcionários de indústrias que operaram no local contam a mudança de vida que tiveram

29 de junho de 2006. Foi a segunda mais dolorosa data da vida de José Agnaldo Simão Braga. Dia em que, pela última vez, ele escutou o barulho das máquinas de fiação da Fábrica

Jangadeiro. O silêncio daquele momento ecoa até hoje na sua cabeça, e corroborou para que Agnaldo tomasse uma dura decisão: omitir do pai, um dos primeiros trabalhadores da fábrica, que ela tinha mandado os 400 funcionários restantes embora para encerrar suas atividades naquele desditoso dia. “Ele morreu sem saber, no dia 31 de julho de 2006. Um mês depois. Não tive coragem de contar”, balbucia, revelando, sem querer, a primeira data mais infeliz que já teve de passar. Também pudera, o pai dele era tido como da família dos proprietários da empresa. A prova é tanta que morava, com esposa e Agnaldo, em uma casa construída para este fim dentro dos 59 mil metros quadrados da fábrica. “Como sou filho único, quando casei, continuei morando com meus pais. Até hoje esse é meu lar”, gesticula, como se quisesse abraçar todo aquele monte de concreto que sustenta o prédio da antiga fábrica até hoje. Bem cuidada, jardim cortado, pátio varrido, com portas e janelas em perfeito estado de funcionamento, a Fiação Jangadeiro ou Tebasa (nome dado após mescla de empresas) foi uma das principais empresas do setor têxtil do Nordeste, e ainda pertence aos mesmos donos, a família Baquit, que também controlava outra gigante do segmento, a Finobrasa. “Aqui eram 1,5 mil funcionários. Na Sargento Hermínio, onde ficava a Finobrasa, era maior, tinha quase três mil”. Ele conta que uma área grande da Fiação Jangadeiro está alugada para a Super Rede por R\$ 50 mil. E a parte da frente, que tem galpão e escritório está para alugar.

Benefícios

Como o pai, Agnaldo também trabalhou na Jangadeiro. “Cada funcionário recebia duas feiras. Lá em casa eram quatro. A gente nem precisava fazer mercantil. Pelo contrário,

ajudava uma tia minha lá na Aerolândia mandando parte dos alimentos”, avalia, elogiando como um diferencial – até para época mesmo – de uma companhia que se preocupava com o bem-estar de seus colaboradores. Além disso, como era morador, podia criar animais na área livre da empresa. “A gente tinha 50 cabeças de galinhas aqui dentro. Como os donos também são do interior. Tinha vezes que eles pediam para matar uma. Minha mãe escolhia as melhores. Eram galinhas de capoeira. Não são essas de granja não”, emenda.

Gratidão

Agnaldo diz que os patrões sempre foram muito bons para a família dele. “Quando meu pai adoeceu de diabetes, e amputou a primeira perna, eles pagaram uma perna mecânica. Depois, quando perdeu a segunda, eles continuaram pagando os salários dele e toda a medicação” Sobrou ao filho o legado do pai. É o porteiro do lugar. Das centenas de empregados, sobraram três, Agnaldo é um dos, que, hoje, zelam como se fosse a própria casa. A fábrica é realmente o próprio lar deles.

INDÚSTRIAS FAZEM FALTA AOS BAIRROS

FONTE DE VIDA

Hoje, são 65 anos de idade. Mas pode botar 80, 90... até 100, se lá chegar, que o aposentado, morador do Quintino Cunha, Fernando Galdino de Brito garante: nunca irá se esquecer do dia que foi homenageado na festa de fim de ano 1985 da Fiação Jangadeiro, uma das três empresas da Zona Indus-

trial da Francisco Sá. “A dona da empresa me chamou no microfone, na frente de todo mundo, para receber o Prêmio de merecimento por ter passo o ano inteiro sem ter faltado um só dia”, orgulha-se, guardando a recordação novamente no peito para voltar à realidade. “O povo dos bairros daqui sente muita falta dessas empresas. Tinha emprego para muita gente. Mas foram para longe e outras nem existem mais”, lamenta. Entretanto, não é fácil tirar o sorriso do rosto de um aposentado calejado pelo trabalho como Fernando, principalmente se ele estiver acompanhado da esposa Neide de Brito, com quem enfrentou as maiores dificuldades da vida. “Nós morávamos em uma casa de taipa no quintal da casa de uns parentes. Você sabe o que é taipa? E a gente ainda pagava aluguel”, ri, hoje, do tempo mais duro que passou.

Mudança de vida

A sorte mudou quando arrumou o primeiro emprego na área de serviços gerais em uma das empresas perto da casinha alugada. “Eu ia a pé. Às vezes, de bicicleta”, resgata, dizendo que juntou dinheiro por onde passou até conseguir, num belo dia, pagar à vista a tão desejada casa própria. “Tem horas que eu nem acredito. Antes a gente vivia se mudando, com as coisas na mão, na cabeça, no meio da rua mesmo”, conta a esposa.

AUGE DAS FÁBRICAS GEROU MIGRAÇÃO

Em sentidos opostos, a elite e a multidão de necessitados que se instalaram na cidade migraram. Em pouco tempo, a densidade demográfica naquela região de Fortaleza estourou, com a vinda de sertanejos para as fábricas.

A primeira e a segunda grandes guerras mundiais (esta última, sobretudo) foram fundamentais para evolução das atividades industriais no Brasil. Não foi diferente no Ceará. A partir de 1950, o zoneamento da Francisco Sá passou efetivamente a respirar de fato o clima de um pólo industrial. Por lá, muitas companhias instalaram-se. Boa parte era exportadora enquanto as demais, de menor porte, fomentavam as cadeias produtivas localizadas nas redondezas. O reflexo desse fenômeno foi constatado pela mobilidade urbana que isso provocou. Tanto dos integrantes do topo da pirâmide social alencarina quanto da multidão de necessitados que se instalou na Cidade. “A pesquisa revela um flagrante desequilíbrio ocupacional”, foi uma das conclusões do levantamento “A Indústria na Zona da Francisco Sá”, produzida na década de 1970, pelo geógrafo e professor emérito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Uece, Luiz Cruz Lima.

Sem estrutura

Tudo isso ocorria em um estado extremamente pobre, castigado por longos períodos de estiagem no campo. A Capital cearense, por sua vez, sem estrutura e planejamento para receber a população migratória que se amontoava ao redor das fábricas, formando bairros, que, até hoje, estão entre os mais populosos da Capital alencarina. Não podia dar noutra coisa.

Em pouco tempo, a densidade demográfica naquela região estourou. Os sertanejos, principalmente da região Norte do Estado, tinham a facilidade de vir de trem e de desembarcar praticamente na porta das fábricas. Estas conviviam – todos os dias – com as filas de pedintes nas suas calçadas. Muitos chegavam à Capital ser ter nem onde morar. Aproveitavam as

grandes caixas que protegiam o maquinário vindo da Europa para fazer um barraco sobre as dunas do Pirambu, área de terrenos impróprios para instalação de fábricas, portanto de pouco interesse especulativo para o setor imobiliário. Nascia a maior favela de Fortaleza. No outro extremo, atentos a essa transformação, e incomodados com a miséria que fincava-se na periferia das indústrias; os chefes das famílias mais abastadas da Capital, tomaram uma decisão: deixar os casarões da Jacarecanga à procura de uma área mais tranquila. Surgia a Aldeota— o bairro mais elitizado de Fortaleza. Outra parcela preferiu residir na Praia de Iracema e na Gentilândia, atual Benfica.

Inconvenientes

De acordo com o professor Luiz Cruz, a rápida ocupação humana e a ampliação na quantidade de empresas gerou alguns inconvenientes para a região da Avenida Francisco Sá e adjacências. Alguns ambientais, como a diminuição na quantidade de riachos, ocupação irregular das dunas e existência de inundações que chegaram até a paralisar a produção de algumas fábricas. Outras, porém, problemáticas sociais que persistem até hoje. “A evolução dos serviços e equipamentos comunitários dessa zona não acompanha o crescimento industrial. Exigência que acarreta na vida urbana. Não é satisfeita. Incorre em aumento dos problemas sociais e de infraestrutura”, dizia.

POUCAS EMPRESAS RESTARAM NO LOCAL

Intenso fluxo de pessoas e de veículos foi a maior causa para que as empresas deixassem o espaço antes promissor.

Conta-se nos dedos a quantidade de empresas que restaram no que outrora foi uma das referências no Nordeste em termos de produção industrial. De acordo com o mapeamento do professor emérito da Uece, Luiz Cruz, em meados da década de 1970, Havia 55 grandes companhias espalhadas em uma área de 280 hectares, o Distrito Industrial de Fortaleza I (DIF1). Hoje, sobraram menos de 10% desse montante em atividade por ali. As indústrias eram na sua maioria do setor metalúrgico, têxtil, extração mineral, químico, calçado, couro, plástico e borracha, mobiliário e vestuário. Juntas, elas ocupavam 30% de toda a área da Zona, delimitada pelo mar, ao Norte; as avenidas Sargento Hermínio, Olavo Bilac e Teodomiro de Castro (Álvaro Weyne); ao Leste, com a Rua Filomeno Gomes (Centro da Cidade); e ao Sul com a Avenida Soares Moreno, atual Coronel Carvalho, na Barra do Ceará. Os demais 70% dos terrenos eram ocupados por dezenas de empresas de pequeno porte por operários e desempregados que se acumulavam por ali.

Problemas

Foi justamente esse fluxo intenso de pessoas um dos maiores vilões para que as empresas começassem a deixar aquele espaço antes promissor. O tráfego de veículos passou a ser intensificado. Houve crescimento no registro de muitas colisões de carros, atropelamentos de pedestres e ciclistas, e envolvendo o trem, já que existem até os dias atuais passagens de nível na avenida e nas proximidades. Conforme dados do Detran, só nos primeiros dez meses de 1970 a média de acidentes era 6,5 por mês, quase dois por semana. As ruas de acesso às fábricas apequenaram-se para o novo volume de caminhões carrega-

dos de mercadorias, algumas extrapolavam, inclusive, a largura do veículo, como é o caso das estruturas metálicas. A própria Francisco Sá passou por uma obra de alargamento. Mesmo assim, até o ano corrente, motoristas, ciclistas e moradores continuam reclamando que o espaço é curto em boa parte do 6 Km de extensão da via. Outro fator de peso para os empresários que não faliram terem optado mudar de endereço foi a necessidade premente de modernização dos processos industriais, que estavam engessados nas plantas antigas do início do século XX. “Outras exigências de localização industrial se inseriram nos modelos de plantas de produção, além da consciência política da população que não suportaria a poluição. Ainda mais, a concentração já estabeleceria um aumento dos fluxos que ocasionaria o que os economistas chamam de deseconomia urbana”, explica Luiz Cruz ao jornal, 38 anos depois de ter feito o estudo no local. Para completar, como forma de resolver grande parte dessas dificuldades surge o Distrito Industrial de Maracanaú. Apontado para especialistas como a medida que mais impactou a evasão ou desindustrialização, como muitos preferem dizer, da DIF I. “Ocorreu um saturamento dos fluxos, com o crescimento urbano e das exigências das indústrias. Ademais, o governo criara um Distrito Industrial (Maracanaú). O que oferecia melhores condições para os empresários”, avalia o professor da Uece. A influência da criação desse novo polo pelo governador Virgílio Távora, na década de 1960, na Zona da Francisco Sá e a transformação imobiliária que a região passa hoje serão tema da segunda parte da reportagem.